



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (FCI)
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

DOUGLAS PORTUGAL SCARABELLI MONTEIRO

**QUEBRANDO O ESTIGMA:A ARQUITETURA FÍSICA E DIGITAL DO ARQUIVO
CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO
DA PESSOA AUTISTA**

BRASÍLIA/DF

2025

DOUGLAS PORTUGAL SCARABELLI MONTEIRO

QUEBRANDO O ESTIGMA:A ARQUITETURA FÍSICA E DIGITAL DO ARQUIVO
CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DA
PESSOA AUTISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Arquivologia da
Faculdade de Ciência da Informação da
Universidade de Brasília, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Bacharel
em Arquivologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Shirley Carvalhêdo
Franco

BRASÍLIA/DF

2025

DOUGLAS PORTUGAL SCARABELLI MONTEIRO

QUEBRANDO O ESTIGMA: A ARQUITETURA FÍSICA E DIGITAL DO
ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A PROMOÇÃO DA
INCLUSÃO DA PESSOA AUTISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em: ____ de _____ de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Shirley Carvalhêdo Franco (Orientadora)
UnB/ Presidente

Prof.^a Dr^a. Cynthia Roncaglio UnB (membro titular)

Prof. Dr. Rodolpho D'Azevedo UnB (membro titular)

Me. Thiara Costa ACE/ UnB (membro suplente)

FICHA CATALOGRÁFICA

Portugal Scarabelli Monteiro, Douglas. Quebrando o estigma:A Arquitetura Física e Digital do Arquivo Central da Universidade de Brasília e a Promoção da Inclusão ao Autista / Douglas Portugal Scarabelli Monteiro; Orientador: Shirley Carvalhêdo Franco. -- Brasília, 2025. 69 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - arquivologia) -- aqui Universidade de Brasília, 2025..

1. Autismo; Arquitetura Inclusiva; Acessibilidade; Arquivo Central; Universidade de Brasília (UnB); Tecnologia Assistiva; Promoção da Inclusividade.. I. Carvalhêdo Franco, Shirley, orient.
II. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, à minha família, ao povo da minha igreja, aos meus professores da UnB, aos técnicos administrativos - Sebastiana Vogado e Rodolfo Wolmer, aos colegas de curso na UnB e à minha orientadora Shirley Franco, que me orientou com muito amor.

RESUMO

Este estudo explora a arquitetura física e digital do Arquivo Central (ACE) da Universidade de Brasília (UnB), focando em como esses espaços podem ser projetados ou adaptados para promover a inclusão de indivíduos autistas. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, combinando arquitetura, design universal e tecnologias assistivas, esta pesquisa identificou as barreiras existentes e propôs soluções inovadoras de acessibilidade, por meio da coleta e análise de dados sobre o ACE. Os resultados obtidos por meio desta pesquisa mostraram que há desafios de acessibilidade ainda não vistos e pouco estudados no Arquivo Central. Esta pesquisa pode auxiliar na melhoria da inclusão às pessoas autistas, tanto no ACE quanto em outras instituições.

Palavras-chave: Pessoa autistas; Acessibilidade; Arquivo Central; Universidade de Brasília.

ABSTRACT

This study explores the physical and digital architecture of the Central Archive (ACE) at the University of Brasília (UnB), focusing on how these spaces can be designed or adapted to promote the inclusion of autistic individuals. Employing an interdisciplinary approach, combining architecture, universal design, and assistive technologies, this research identified existing barriers and proposed innovative accessibility solutions through data collection and analysis regarding the ACE. The results obtained revealed previously unnoticed and understudied accessibility challenges within the Central Archive. This research may contribute to enhancing inclusion for autistic individuals, both within ACE and at other institutions.

Keywords: Autistic individuals; Accessibility; Central Archive; University of Brasília.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1–Fachada lateral do ACE ,visão de quando se vem pela rua.....	43
Figura 2– Entrada do ACE.....	45
Figura 3– Corredor da área de trabalho no andar inferior.....	45
Figura 4–vista do ACE e da tenda dos acervos arquivísticos destinados à eliminação.....	46
Figura 5–Organização dos arquivos pelos servidores.....	49
Figura 6– possível área de fuga que se localiza na saída de emergência da COGED.....	49
Figura 7– Porta da saída de emergência da COGED.....	50
Figura 8–Acesso às áreas de trabalho na parte de cima.....	50
Figura 9– área da copa.....	51
Figura 10– sala de descanso ao lado da copa.....	51
Figura 11– Perguntas acerca da acessibilidade.....	55
Figura 12– Perguntas acerca do treinamento para o atendimento aos autistas.....	55
Figura 13 – Perguntas acerca das barreiras físicas e digitais no ACE.....	56
Figura 14 – Perguntas acerca do avistamento de estudantes com autismo com dificuldades no ACE	56
Figura 15 – Perguntas acerca de melhorias na acessibilidade	56
Figura 16 – Perguntas acerca dos locais para deixar feedbacks para o atendimento	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Questões do questionário/intervista respondidas pelos técnicos do ACE da UnB	21
Quadro 2 - Características das Experiências do Usuário à navegação no espaço digital	29
Quadro 3 - Diretrizes para criação de arquivo digital conforme as dimensões de acessibilidade	29
Quadro 4 - Sites de arquivos de Universidades com acessibilidade Natural.....	30
Quadro 5 - Sites de arquivos de Universidades com acessibilidade padronizada pelo E-MAG	31
Quadro 6 - Atalhos de acessibilidade em sites do E-MAG	31
Quadro 7 - Sites de Arquivos de Universidades que não possuem acessibilidade aos autistas	31
Quadro 8 – Identificação dos locais de zona de conforto e as características de acessibilidade no ACE	42
Quadro 9 - Identificação dos locais não amigáveis aos autistas, seus problemas e as sugestões de melhorias	43
Quadro 10 - Lista de vantagens das áreas do ACE.....	46
Quadro 11– Identificação dos problemas das áreas do ACE e sugestões de melhorias	47
Quadro 12 - Avaliação de problemas nos espaços digitais de acordo com a heurística de usabilidade de Sárgas (2019)	52
Quadro 13 – Identificação dos problemas de acessibilidade nos canais digitais e oportunidades de melhorias	52
Quadro 14 – Recomendações para melhorias na acessibilidade de forma imediata	57
Quadro 15 – Recomendações para adaptações não imediatas	57
Quadro 16 - Sugestões para implementação de espaços inclusivos	58
Quadro 17 – Propostas para futuras pesquisas conforme área do conhecimento	58

LISTA DE SIGLAS

ACE	Arquivo Central da UnB
AAPB	Associação de Arquivistas da Paraíba
RACIN	Revista Analisando em Ciência da Informação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
TEA	Transtorno do Espectro Autista
DACES	Diretoria de Acessibilidade
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ICA	<i>International Council of Archives</i>
PEAC	Programa de Extensão de Ação Contínua
CAEP	Centro de Estudos e Atendimentos Psicológicos
TI	Tecnologia da Informação
IA	Inteligência Artificial
GAIA	Acessibilidade de Interfaces Web com foco nos aspectos do Autismo
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
E-MAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
UFAM	Universidade federal do Amazonas
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFESC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSM	Universidade federal de Santa Maria
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
PPD	Política de Preservação Digital
ATOM	<i>Access to Memory</i>
FUB/UnB	Fundação Universidade de Brasília
CEDOC	Centro de Documentação
GT	Grupo de Trabalho

REUNI	Programa de apoio a planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais
FCI	Faculdade de Ciência da Informação
COGED	Coordenação geral de documentos
COGEP	Coordenação Geral de Arquivos Permanentes
CEBRASPE	Centro Brasileiro de Pesquisa e Promoção de Evento
COP	Coordenação de Protocolo
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
SAUnB	Sistema de Arquivos
PAS	Programa de Avaliação Seriada
CONSUNI	Conselho Universitário
LGBTQIAPN+	Lésbica, Gay, Bi, Trans, Queer / Questionando, Intersexo, Assexuais / Arromânticas /Agênero, Pan / Pôli, não-binárias e Mais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2 OBJETIVO GERAL.....	15
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
1.4 JUSTIFICATIVA.....	16
2 METODOLOGIA	20
3 REVISÃO DA LITERATURA.....	22
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O AUTISMO	22
3.2 AUTISMO: PERSPECTIVA HISTÓRICA E NECESSIDADES ESPACIAIS.....	24
3.3 ARQUITETURA DIGITAL E DESIGN UNIVERSAL	27
3.4 A EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO NA ARQUITETURA DIGITAL.....	29
3.5 TIPOS DE ACESSIBILIDADE.....	30
3.6 IMPACTO DA ARQUITETURA NO BEM ESTAR DE AUTISTAS	33
4 A Avaliação da acessibilidade do ACE	37
4.1 A ESTRUTURA FÍSICA E O FUNCIONAMENTO DO ACE	37
4.1.1 Acervo da COP	39
4.1.2 Acervo da COGED.....	39
4.1.3 Acervo da COAP	40
4.1.4 Acervos no SEI (Sistema Eletrônico de Informações)	40
4.2 O ARQUIVO CENTRAL DA UNB: BREVE HISTÓRICO	40
4.3 AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA ARQUITETURA FÍSICA DO ACE	41
4.4 DESCRIÇÃO DA ARQUITETURA DIGITAL.....	51
4.5 FEEDBACK DOS SERVIDORES E DO AUTOR DESTE TRABALHO	53
4.6 RECOMENDAÇÕES GERAIS SOBRE A MELHORIA DA ACESSIBILIDADE DO ACE	56
4.7 ADAPTAÇÕES QUE NÃO SÃO PRIORITÁRIAS, MAS à MEDIDA DO POSSÍVEL DEVEM SER IMPLEMENTADAS NO ARQUIVO	57
4.8 GUIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE ESPAÇOS INCLUSIVOS	58
4.9 PROPOSTAS PARA FUTURAS PESQUISAS	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62
ANEXOS	67
ANEXO A: Questionário para Técnicos dos Arquivos	67

1 INTRODUÇÃO

Sou estudante de Arquivologia e autor deste trabalho, possuo Transtorno do Espectro Autista (TEA) de nível 1 ou, como é conhecido, Síndrome de *Asperger*, e esta condição foi o que me trouxe mais autoridade para fazer esta pesquisa.

Antes de prosseguir, é importante ressaltar que embora não seja o objetivo da pesquisa se deter no conceito e seu estudo, a opção pelo termo "estigma" no título desta monografia é deliberada e fundamentada no conceito sociológico estabelecido por Anthony Giddens e Philip W. Sutton (2016), que descrevem estigma como as características físicas ou sociais vistas como degradantes ou desaprovadas socialmente, resultando em discriminação e exclusão. A palavra é adequada pois trata precisamente de exclusão comumente vivida por indivíduos diagnosticados com o TEA, como eu que passei durante minha trajetória escolar e, em alguns momentos na acadêmica, por sentimento e experiências deste tipo.

Aos 3 anos de idade, fui diagnosticado com TEA e, aos 6 anos, fui remanejado para uma turma de ensino especial na Escola Classe 416 sul, onde a arquitetura de ensino baseava-se em poucos alunos e em atividades de socialização, por haver alunos com TEA.

As atividades de socialização ocorriam através das rotinas, como as saudações, apresentação da turma, idas aos passeios pela quadra e as atividades de alfabetização, onde aprendi a ler e a escrever, além das horas no período da tarde na Escola Parque 314/315 Sul. Estudei nesse modelo de aprendizagem e de turma durante 3 anos, entre a metade de 2006 a 2008, mas em 2009 passei a estudar em uma turma regular.

A acessibilidade era mais simples, pois havia turmas separadas das demais, de alunos especiais, e outra de ensino regular. Eu penso que poderia ter sido incluído em uma turma normal, mas com auxílio, pois isso é segregacionismo, já que eu poderia aprender como qualquer outra criança. Mas, apesar disso, se eu voltasse no tempo e recomeçasse a vida escolar, faria o ensino especial novamente, pois as turmas eram menores, possuímos passeios regulares e os professores possuíam um olhar mais especial e amor. Por exemplo, a professora Mariana que infelizmente faleceu, e a professora Marcela que era muito boa. Ela me deu uma bicicleta antiga, foi a minha primeira, e a Mariana foi uma professora muito boa e apaixonada pelo seu trabalho.

As principais características que me marcaram com esse diagnóstico foram os movimentos repetitivos, quando eu mexia as mãos e os pés para relaxar, o meu jeito de agir, e o fato de não conseguir, com naturalidade, olhar nos olhos durante uma conversa com uma pessoa, o que me acompanha até os dias atuais.

Interessei-me pelo curso de Arquivologia após escutar a história de que a filha de um dono de um cursinho preparatório, após ter feito o curso e ter passado no concurso da ABIN, passou

a ter um altíssimo salário. Nessa época, eu cursava o curso de Agronomia na UnB, estava no 3º semestre, e passava por dificuldades nas matérias de exatas, e dificuldade para continuar no curso, porém, obtive informações de que havia um programa da Diretoria de Acessibilidade (DACES) que viabilizava mudanças e adaptações, como prolongar o semestre e a possibilidade de mudança de curso, como foi o meu caso. Assim, entrei na Arquivologia no ano de 2022 e estou satisfeito, pois, pela primeira vez em muitos anos, consegui notas boas na UnB por compreender as disciplinas em Arquivologia.

De acordo com a *Pan-American Health Organization* (PAHO/OMS, 2025), em todo mundo, estima-se que uma em cada 160 crianças têm transtorno do espectro autista, e de acordo com essa instituição, nos últimos 50 anos, cada vez mais pessoas são diagnosticadas devido ao avanço científico e à mudança dos critérios de diagnóstico.

Assim, a arquitetura digital dos sites e a arquitetura física devem ser repensadas e adaptadas para as necessidades das pessoas diagnosticadas, e devem ter como principal alvo o contorno da hipersensibilidade, que é um dos principais sintomas¹, para a integração da pessoa autista à sociedade, como a construção de sites institucionais, ou espaços físicos de instituições arquivísticas que possuam pinturas, ou a presença de cores que incomodem menos, além de um estudo sobre as cores que a comunidade autista mais sente incômodo, para que haja uma adaptação mais eficaz em edifícios antigos, e que as novas construções arquivísticas sejam mais adequadas e humanas, de acordo com os estudos de Segawa (2003).

Este trabalho tem como objetivo indicar uma opinião construtiva da Arquivologia no ACE, pois, na área da Arquivologia, o arquivista geralmente não auxilia o arquiteto a projetar arquivos que sejam acessíveis aos usuários e funcionários autistas, pois, como sujeitos de direito, devem ter acesso direto à consulta sem obstáculos físicos. As pessoas portadoras deste espectro, assim como as pessoas que possuem o desenvolvimento típico e que não possuem deficiências, devem ter acesso à instituição arquivística e aos documentos disponíveis ao público, exceto aqueles que possuem restrição de acesso. Porém, se forem funcionários ou se houver a necessidade de manuseamento, deve haver auxílio da equipe, de acordo com as orientações técnicas do *International Council of Archives* (ICA), publicadas sob o título “Princípios de acesso aos arquivos: orientação técnica para a gestão de arquivos com restrição”.

A adaptação desses espaços precisa de estudos técnicos, e esta questão possui pontos para levar em conta além das adaptações tradicionais, como rampas, comunicação em libras ou escrita em Braille, pois muitos não veem as pessoas com TEA como pessoas com deficiência, pois há pouca divulgação. Apenas recentemente houve estudos em que se debate a adaptação

¹ A hipersensibilidade é um dos principais sintomas do autismo, mas existem outros, como o hiperfoco, atraso na fala, movimentos e interesses repetitivos.

de ambientes a pessoas no espectro autista. Não diferente disso, a Arquivologia necessita também desses estudos, tanto por conta de usuários quanto funcionários.

Neste sentido, este trabalho possui a capacidade de abrir um caminho ainda não explorado na Arquivologia, uma trilha que ainda não foi aberta, como um descobridor que desbrava lugares desconhecidos e leva ao conhecimento de milhares de possibilidades, descobertas e tesouros inimagináveis, pois muitos trabalhos de conclusão de cursos, teses, dissertações e artigos podem desbravar este caminho.

Este trabalho utilizará de coletas bibliográficas, incluindo literatura nacional e internacional sobre a arquitetura física e digital amigáveis ao autismo, e serão base para os questionários e o estudo da arquitetura física e digital do ACE da UnB.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Apesar dos avanços significativos em termos de acessibilidade e inclusão nos espaços públicos e instituições educacionais, ainda persistem desafios substanciais para a plena participação de pessoas autistas, especialmente em ambientes arquitetônicos e digitais complexos, como os encontrados em arquivos universitários. O Arquivo Central da Universidade de Brasília possui uma infraestrutura que, como muitas outras instituições, pode não estar completamente adaptada para atender às necessidades específicas de acessibilidade de pessoas no espectro autista. Isso levanta questões críticas sobre como esses espaços podem ser redesenhados ou mais bem equipados para promover uma verdadeira inclusão, garantindo que pessoas autistas possam acessar e utilizar plenamente os recursos disponíveis, sem enfrentar barreiras físicas ou digitais.

Neste contexto, a questão central desta pesquisa está em: No que tange às principais barreiras físicas e digitais enfrentadas pelos indivíduos com transtorno do espectro autista, como está constituído o espaço físico e digital do Arquivo Central da Universidade de Brasília, visando a garantia da acessibilidade plena e inclusão efetiva?

1.2 OBJETIVO GERAL

Analizar como o design arquitetônico e digital do Arquivo Central da Universidade de Brasília pode ser otimizado para promover a inclusão e a acessibilidade para usuários e servidores autistas.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Realizar um levantamento bibliográfico, nacional e internacional, sobre autismo e arquitetura inclusiva;

2. Identificar as principais barreiras físicas e digitais que limitam a acessibilidade de usuários e servidores autista ao ACE da UnB;
3. Analisar as práticas de *design* universal e tecnologias assistivas aplicáveis à arquitetura de arquivos universitários, focando na promoção da acessibilidade para usuários e servidores autista;
4. Mapear as experiências e necessidades de acessibilidade de usuários e servidores autistas no ACE da UnB;
5. Desenvolver recomendações práticas para adaptações arquitetônicas e digitais que reflitam as necessidades de acessibilidade de estudantes autista, baseando-se em princípios de *design* universal.

1.4 JUSTIFICATIVA

Este estudo justifica-se pela necessidade urgente de entender e melhorar a acessibilidade dos espaços arquivísticos para pessoas autista, uma área que tem recebido atenção limitada na pesquisa e no planejamento institucional. A perspectiva única de um pesquisador autista acrescenta um valor inestimável ao projeto, pois permite que a investigação seja guiada por experiências vividas e uma compreensão intrínseca das nuances de acessibilidade que frequentemente são negligenciadas por pesquisadores que não vivenciam o autismo.

Em 2018, a cidade de João Pessoa sediou o VIII Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), promovido pelo Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq) e realizado pela Associação de Arquivistas da Paraíba (AAPB), sob o tema: “Ética, responsabilidade social e políticas de acessibilidade para Arquivologia”. Dele, um artigo foi publicado na Revista Analisando em Ciência da Informação: “Acessibilidade em arquivos: estudo sobre garantias de direitos aos portadores de necessidades especiais”, de Campagnoli e Grigorieto (2018, p. 189).

O artigo discorre sobre a garantia de acesso de pessoas com deficiência aos espaços culturais, principalmente aos arquivos, o que, de forma estrutural, assemelha-se a esta pesquisa, com a diferença de que ela aborda o autismo, que é uma deficiência oculta, de forma minuciosa, e propõe acessibilidade específica que possa também atendê-los de acordo com suas necessidades, enquanto o artigo mencionado aborda a acessibilidade de forma abrangente, com base na legislação brasileira para pessoas PCD, e não especifica os tipos de deficiência e necessidades de adaptação, porém, afirma que há a falta de uma política pública eficiente para atendê-los (Campagnoli; Grigorieto, 2018).

Destes aspectos, a UnB, como um espaço de vanguarda acadêmica e inovação, inclusive tendo criado em 2014 o Programa “Aproximar para Autistas”, que tem o potencial e a

responsabilidade de liderar a criação de um ambiente verdadeiramente inclusivo, que ajuda pessoa autista clássico e deficiência intelectual a se integrarem à sociedade a partir de um *software* que pode ser usado no XBOX 360. Quem auxilia e possui o mérito de criação destes programas é o Núcleo de Autismo e Neurodiversidade na UnB, que foi criado no ano de 2019 e faz um debate junto aos estudantes atípicos.

Além da possibilidade de fazer reuniões nos grupos terapêuticos para os estudantes neuro atípicos, com o Centro de Estudos e Atendimentos (CAEP), esses estudantes desenvolveram um grupo no aplicativo *Discord*, onde trocam experiências das suas vivências diárias, o que ajuda na confiança e apoio (Sarmet, 2019). Ainda realizam debates junto aos docentes sobre a importância da inclusão dessa comunidade. Atualmente, é considerado um Programa de Extensão de Ação Continuada (PEAC), que é vinculado ao Centro de Estudos e Atendimentos Psicológicos.

Uma das extensões, que possui o título “Arquitetura da Informação, Ciência da Informação, Ciência de Arquivos e Novas Tecnologias”, que aconteceu de 29 de agosto a 2 de setembro de 2022 e liderada pelo docente Cláudio Gottschalg Duque, trouxe à lume a discussão sobre a arquitetura da informação e as suas inovações. Com dissertações, mestrados, teses e trabalhos profissionais de docentes, alunos e ex-alunos em suas atividades profissionais, eles compartilharam sobre suas experiências com a Arquitetura da Informação. Mesmo que em parte contribua com este trabalho e agregue conhecimento e base, não houve discussão sobre as necessidades de usuários autistas, o que trouxe um apelo igualitário, mas não universal, pois cada um possui as suas necessidades, e a necessidades desses usuários não foram atendidas. Não houve um debate sobre o assunto, e se houve, foi um debate genérico sobre o acesso de pessoas com deficiência (PCD), sendo que este debate deveria ser uma das principais pautas desta atividade de extensão. Mas, apesar desta falta, essa atividade ajuda na reflexão deste trabalho, juntamente com o trabalho de extensão da professora docente Shirley Carvalhêdo Franco, que auxiliou na Arquitetura desta pesquisa, que é como uma fonte escassa em meio à falta de outros, que levem à reflexão sobre a verdadeira e plena acessibilidade.

A atividade de extensão da professora Shirley possui o título: “Desenho Interativo e Usabilidade no Espectro do Autismo: Uma Abordagem Inclusiva em Sites de Arquivos Públicos”, e foi realizada em 17 de julho de 2023. É o antecessor deste trabalho, pois tanto o arquivo físico como o digital necessitam de adaptações, e este trabalho merece uma boa reflexão e uma boa menção, pois ele dá um norte específico e complementa a atividade de extensão do professor Cláudio, em que ambas caminham juntas pela evolução da ciência.

A importância da vanguarda da UnB na inclusão e dos grupos de apoios de pessoas neuro-diversas ocorre porque a Universidade possui uma rotina carregada de estímulos

sensoriais, mudanças repentinas e falta de compreensão dos docentes em relação às dificuldades dessas pessoas.

Nas Universidades Federais, segundo pesquisa do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP) feita em 2019, há uma porcentagem de 00,85 de pessoas atípicas, que englobam vários tipos de neurodiversidades, o que, para os padrões atuais de conquistas de direitos, são considerados baixos, pois há a falta de um apoio estudantil eficaz, e apesar desse grupo se formar na graduação, o sistema universitário não está adequado a eles (Sarmet, 2019).

Seguindo a linha de pensamento da autora, a adequação da arquitetura física e digital não apenas melhora a acessibilidade para indivíduos autistas, mas também beneficia a comunidade universitária como um todo, promovendo uma atmosfera de inclusão e compreensão. Este estudo contribuirá para o corpo de conhecimento em arquitetura inclusiva e acessibilidade no ensino superior, fornecendo dados valiosos e recomendações práticas que podem ser aplicadas em outras instituições e contextos, fomentando políticas públicas mais eficazes e práticas inclusivas em ambientes acadêmicos e arquivísticos.

A importância deste trabalho se mostra cada vez mais evidente com um relato de uma estudante do espectro autista, Donna Williams, que teve o seu relato mencionado por Oliveira e Abreu (2019):

A Universidade reabriu suas portas e eu mergulhei desesperadamente nos estudos. [...] Eu estava completamente desorientada. Os lugares eram imensos, com muitas paredes, muita gente e muitas lâmpadas de neon. Eu passava meu tempo a procurar os interruptores para apagá-las, pois a luz me adormecia. [...] No curso de Filosofia o professor dissera finalmente que eu era bizarra. Tentei explicar-lhe que era impossível acompanhar o ritmo da classe, bem como de compreender o manual e que eu não fixava nada daquilo que lia, exceto os nomes sem significação. O diretor concluiu que eu era uma imbecil sem esperança (Oliveira; Abreu, 2019, p.71, apud Williams, 2012, p. 216).

Esses mesmos autores descrevem outro relato, de uma estudante também com TEA:

Em setembro me mudei do Arizona e comecei o curso de Psicologia na universidade. Deveria ser um período de orgulho e satisfação comigo mesma. [...] Meu maior medo na universidade era sofrer um violento ataque de nervos em público. [...] Alguns dias depois, percebi que estava sofrendo da mesma antiga síndrome – a ansiedade por não estar num contexto conhecido, colegas e professores conhecidos, aulas conhecidas. Não é que eu não valesse nada; estava apenas reagindo, como é típico dos indivíduos autistas, a um novo ambiente, a pessoas novas, a novos estudos (Oliveira; Abreu, 2019, p.71, apud Grandin; Scariano, 1999, p. 120).

Estes relatos descrevem o que se passa na arquitetura e socialmente com os autistas que se sentem excluídos da universidade, seja na hora de formar grupos ou por preconceitos causados por outros colegas, funcionários e docentes que, por má intenção ou por ignorância, os trata como diferentes e incapazes.

Dessa forma, este trabalho não apenas atenderá à necessidade de tornar os arquivos universitários acessíveis, mas também funcionará como um chamado à ação para que outras

instituições reconheçam e abordem suas próprias lacunas em termos de *design* inclusivo, garantindo que o direito à informação e à participação plena na vida acadêmica seja uma realidade para todos, independente de suas condições neurodiversas.

2 METODOLOGIA

O presente estudo possui uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória vivencial, realizada por meio da análise sensível do espaço físico do Arquivo Central da Universidade de Brasília, associando a técnica de entrevista por meio de questionário aberto voltado aos servidores e usuários. A pesquisa ocorreu durante o segundo semestre de 2024, no Arquivo Central da Universidade de Brasília.

O estudo foi realizado em três etapas. A primeira etapa consistiu na revisão da literatura. A segunda etapa incluiu a análise descritiva sensível do espaço físico e digital do arquivo Central da Universidade de Brasília. Na terceira etapa foram realizadas entrevistas, com a utilização de um questionário com perguntas abertas aos servidores e usuários sobre a acessibilidade para as pessoas com deficiência.

Inicialmente, procedeu-se a busca de dados na literatura científica sobre a temática, selecionando estudos que abordam a arquitetura física e digital voltadas à adaptação dos espaços às pessoas com transtorno do espectro autista. A busca da literatura permitiu a identificação e descrição dos requisitos necessários à adaptação dos edifícios, sendo incluídas, nesta revisão, as normas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Cabe ressaltar que as normas do CONARQ dispõem sobre os aspectos das construções antigas que não atendem satisfatoriamente às necessidades arquivísticas atuais. Estas necessidades podem ser resolvidas por meio da busca na literatura por referências que circundam aos edifícios modernos com objetivo de solucionar a problemática. Ademais, os dados encontrados na literatura podem contribuir na discussão sobre acessibilidade das pessoas que apresentam condições atípicas, já que existem poucas referências que abordam diretamente este assunto.

No que tange à análise sensível do espaço físico do Arquivo Central da Universidade de Brasília, esta etapa aconteceu por meio da observação e descrição dos aspectos mais importantes do espaço físico. A descrição elencou as características do espaço interno e externo do Arquivo Central, abordando desde a sua contextualização histórica, até os aspectos físicos e digitais do espaço, enumerando as vantagens observadas, identificando os problemas de design na arquitetura interna e sugerindo melhorias factíveis às áreas do ACE.

A etapa de entrevista consistiu, primeiramente, na elaboração de um questionário com seis perguntas abertas sobre acessibilidade das pessoas com transtorno do espectro autista. O questionário utilizado na coleta dos dados encontra-se na figura 1. A estrutura das questões aborda as seguintes variáveis: a) as barreiras de acesso físico ou dificuldades de acesso ao espaço físico, descritas nos itens 1, 2 e 4 do questionário; b) a estrutura dos espaços digitais e as possíveis barreiras enfrentadas pelas pessoas com transtorno do espectro autista, descrita no

item 3 do questionário; c) os meios do ACE em receber sugestões de melhorias do atendimento aos usuários, presentes nos itens 5 e 6 da entrevista.

Quadro 1 – Questões do questionário/entrevista respondidas pelos técnicos do ACE da UnB

Item	Questão	Variável
1	Você conhece algum programa ou política sobre autismo e/ou tecnologia assistivas da UnB?	Barreiras de acesso físico
2	Você já recebeu algum treinamento específico na UnB sobre como atender às necessidades de estudantes autista?	Barreiras de acesso físico
3	Quais as barreiras físicas e digitais - <i>Homepage</i> , Instagram, Facebook – você acredita que possam dificultar o acesso de estudantes autista no ACE?	Barreiras do espaço digital
4	Você já observou algum estudante autista enfrentando dificuldades específicas no ACE? Pode descrever?	Barreiras de acesso físico
5	Quais as mudanças você sugeriria para melhorar a acessibilidade do ACE para estudantes autista?	Meios de sugestões
6	Há no ACE meios de receber ideias ou sugestões de estudantes autista ou suas famílias sobre como melhorar os serviços do arquivo?	Meios de sugestões

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O questionário foi validado no dia 03 de setembro de 2024, por meio da resposta de 23 pessoas, constituindo o pré-teste. Em seguida, as perguntas foram enviadas aos servidores do ACE por meio eletrônico entre os dias 04 de setembro de 2024, sendo aceitas respostas até o dia 11 de setembro de 2024. Os questionários foram analisados por meio de estatística analítica descritiva, utilizando planilhas e gráficos do programa *Excel*.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O AUTISMO

O autismo, de acordo com Cola, *et al* (2017), é uma condição que causa diferenciamento no desenvolvimento de pessoas que possuem esse diagnóstico, como, por exemplo, o comprometendo da fala, movimentos repetitivos, hiperfoco e dificuldades na interação social.

Porém, a principal característica abordada será a hipersensibilidade e, segundo esses autores:

Crianças autistas apresentam um aspecto curioso com relação à integração das informações sensoriais essencial para a construção perceptual. Estudos mostram que suas capacidades sensoriais são semelhantes ou melhores do que a das crianças com desenvolvimento normal. Contudo, é evidente que ocorrem falhas no processamento dessas informações (Cola *et al*, 2017, p. 77).

O autismo não é único, ele faz parte de um espectro sintomático, pois, de acordo com Gaiato (2018), cada pessoa autista é única e apresenta sintomas que se diferenciam de outra pessoa autista que, ao todo, faz parte de um mesmo espectro. Nos tempos atuais, ele é dividido em níveis de suporte que variam de 1 a 3²:

Nível 1: requer pouca assistência;

Nível 2: requer alguma assistência;

Nível 3: necessita de vários cuidados, tendo em vista o alto grau de dependência para a sobrevivência.

Alguns níveis de suporte não deveriam ser abordados como uma deficiência, mas tratados como uma característica à parte, porque a mente destes indivíduos é diferente de pessoas não autistas, assim elas não sofreriam capacitismo e não teriam suas habilidades desestimuladas. Porém, o funcionamento e a diferença delas deve ser comparadas às pessoas do movimento Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais (LGBTQIAPN+), que no passado já foram consideradas pessoas “anormais” e patológicas. De acordo com Facchini (2009), as pessoas desse movimento lutaram pelo direito de poder formar família, não serem agredidas e de não serem consideradas patológicas ³.

Assim, os autistas são comparados às pessoas LGBTQIAPN+, que possuem suas demandas e questões de direito, e sofrem com o capacitismo herdado de maneira histórica. Pois, no final das contas, o autismo também é uma característica de uma pessoa, que varia de um indivíduo ao outro, o que torna essas pessoas autênticas e únicas em suas vivências na sociedade,

² As divisões do autismo em síndrome de *Asperger*, síndrome de *savant* e o autismo clássico são nomenclaturas antigas ,elas são reconhecidas, nos dias atuais como níveis de suporte 1,2,3.

³ De acordo com Facchini (2002), o autismo e pessoas do movimento LGBTQIA+ possuem semelhanças pois ambos possuem diferenças em comportamento em relação ao padrão da sociedade.

e não podem sofrer capacitismo, e isto é errado, pois, como dizem as sábias palavras de Maleval (2017) e Oliveira e Abreu (2019):

O autismo não é algo que uma pessoa tem, ou uma concha na qual uma pessoa está fechada. Não há criança normal escondida por trás do autismo. O autismo é uma maneira de ser. Ele é invasivo; ele atinge toda a experiência, toda sensação, percepção, pensamento, emoção, todo aspecto da vida. Não é possível separar o autismo da pessoa...e, se isso fosse possível, a pessoa que sobraria não seria a mesma do início (Maleval, 2017, p. 352, apud Oliveira; Abreu, 2019, p 7).

Sem o autismo não sobraria a essência de uma pessoa, pelo contrário, se tiver a sua maneira de ser reprimida, ela poderá sofrer estresse e depressão, resultando, em alguns casos, em suicídio. Indo mais além sobre a criação e difusão de estigmas sociais, Ortega (2009) assevera que “a deficiência aparece como construção cultural. Mas do que um fato biológico, constitui uma maneira de regulamentar os corpos considerados normais e corresponde à recusa da sociedade em aceitar a variabilidade do corpo humano” (Ortega, 2009, p. 68).

Segundo Ortega (2009), as pessoas com deficiência, principalmente as que possuem o TEA, são diferenciadas das pessoas sem autismo por haver uma consciência social em que as pessoas que possuem diferenças em seus corpos não são iguais ao que a sociedade anseia, principalmente no quesito arquitetônico, em que as pessoas que utilizam cadeiras de rodas para locomoção encontram barreiras físicas e sociais. As pessoas com o transtorno do espectro são impedidas de frequentar alguns espaços físicos e digitais, como os arquivos, devido a altos estímulos sensoriais que as impedem de estar em sociedade. Porém, o autor comenta sobre a possibilidade em que a sociedade nega que haja uma variedade de características de corpos que devem ser respeitados e que não deveria haver capacitismo nem a busca para encontrar a “cura”. Os arquivos devem possuir este olhar mais diversos e democrático em relação a diversas características de corpos e com uma sociedade sem barreiras, como as pessoas do movimento LGBTQIA+.

O acesso da pessoa portadora do TEA ao arquivo não é um favor, é um dever, pois segundo o Artigo 5 da Constituição Federal de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988).

Ainda sobre o acesso à informação, o Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015 declara que se deve romper barreiras, sejam físicas, tecnológicas ou sensoriais nos espaços urbanos, espaços públicos e privados (Brasil, 2015).

A Lei de Acesso à Informação (LAI) complementa com o artigo 9º, que permite tornar os documentos mais acessíveis mediante:

I - Criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para: a) Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; b) Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e

II - Realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação (Brasil, 2011).

O parágrafo mais importante é o A, que diz para orientar o público quanto ao acesso às informações e com adaptações, em complemento ao estatuto da pessoa com deficiência, salvo em caso de sigilo, e mesmo funcionários autistas devem ter auxílio.

As afirmações declaradas nestas leis se resumem em na necessidade de universalidade de acesso aos arquivos, principalmente aos do ACE, com exceção aos arquivos restritos, pela barreira do direito à privacidade e também ao respeito aos interesses privados nacionais, como escrito no Artigo 23 da LAI. Ainda, A LAI possui grande relevância devido a muitas lutas, tentativas, sonhos e conquistas para que fosse aprovada.

Há certos estereótipos em que muitas pessoas descrevem o autista como uma pessoa doente, mas o autismo é complexo, pois muitos possuem características que outros não tem (Oliveira; Abreu, 2019).

Por exemplo, eu, o autor deste trabalho, posso movimentos repetitivos, mas não me incomodo com cores fortes ou sons altos, cheiros intensos, paladar de algumas comidas ou até no tato, como outras pessoas, mas eu me incomodo com o estresse do dia a dia. Isto descreve a individualidade de cada indivíduo no TEA, e deve-se conversar com cada um de forma individual para saber as suas reais necessidades e ajudá-lo nas questões do dia a dia na Universidade.

3.2 AUTISMO: PERSPECTIVA HISTÓRICA E NECESSIDADES ESPACIAIS

A abordagem histórica e moderna sobre a definição da essência do autismo vai além de nossa compreensão usual sobre o que é patológico ou não, pois como já fora explicado neste trabalho, a população LGBTQIA+ já foi considerada diferente e divergente do comportamento censitário que levou a uma tentativa de busca de uma cura para a padronização ao longo da história, principalmente nos séculos XIX e XX, pela comunidade médica e científica da época, pois as pessoas gays ou lésbicas, e outras pessoas de comportamentos neurodiversos, como os autistas, eram considerados patológicos, e havia um discurso de que eles deveriam estar isolados da convivência social, pois as famílias e as sociedades da época pensavam que poderiam esconder a “sujeira para debaixo do tapete”, pois tinham vergonha das opiniões públicas negativas, e colocavam estas pessoas em quartos separados, levavam para circo dos horrores, como forma de exploração, ou deixavam em sanatórios, onde buscavam tratamentos que procuravam normatizá-los à força.

Com isso, foram consideradas pessoas atípicas, pessoas de pele negra e demais pessoas diferentes, que segundo o pensamento positivista da época, acreditava-se que, devido ao formato de seus crânios ou anatomicas diversas, estariam sujeitas à criminalidade e a estilos de vida primitivos, e eram considerados indivíduos incapazes e que deviam ser civilizados.

As sombras deste passado, que não é longínquo, ainda assombram pessoas atípicas, pois algumas pessoas, principalmente mulheres que possuem autismo leve (Síndrome de Asperger), tentam imitar comportamentos para se camuflarem entre pessoas de desenvolvimento típico, dificultando diagnósticos precoces, e isto se deve a aspectos culturais e sociais, pois a imagem do homem ideal que a sociedade impõe é a de que ele tenha comportamentos machistas e patriarcais, que ele seja extrovertido, e que tenha uma certa alta habilidade social nas relações humanas. E, quando ele possui o autismo, a diferença dele entre outros homens com desenvolvimento típico passa a ser marcante, e muitas vezes eles passam a sofrer *bullying* e diversas discriminações. As mulheres tendem a ter comportamento tímido e reservado, o que coincide com os sintomas do TEA, e por vezes acabam tendo os seus sintomas despercebidos pelo resto da sociedade.

O ponto é que o diagnóstico precoce dos meninos não vem pelo clínico, psiquiátrico, mas é percebido devido ao padrão de comportamentos sociais, e o ápice deste assunto é a questão do “luto”, quando os pais recebem o diagnóstico e as suas expectativas são quebradas, pois tanto na história antiga quanto na história moderna, existe um padrão social que está constituído na sociedade.

Foucault (1977) discorre sobre essa ideia em seu livro “Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, meu irmão e minha irmã”. Em sua obra, há o caso de Pierre, que é julgado, principalmente por causa de sua mente atípica, e traz a ideia de que pessoas atípicas, que não estivessem com a mente em si, não poderiam responder por seus crimes por penas de morte, pois isso seria caso de eugenia.

Há o caso também das pessoas que cometem o crime de *stalking*, pois elas são semelhantes, tratadas como criminosas, assim como no caso de Pierre, mas elas nunca são olhadas como alguém que precisa de tratamento, pois essas pessoas que cometem esses crimes são presas pelo risco que elas causam (Teixeira, 2017). Contudo, não há uma preocupação de como a psicologia e a psiquiatria podem estudar essas patologias para ajudar esses indivíduos de maneira humanizada.

Semelhantemente a este caso, pessoas autista eram condenadas de acordo com o seu comportamento, ignorando os seus lados humanos, no ápice na ideologia nazista de Hitler, que mudou o pensamento científico que já começara a ser ultrapassado e não estava de acordo com os ares da era que viria.

Porém, a história do autismo baseia-se em que eles eram considerados bobos da corte, ou os “loucos da vila”, em cidades da idade média, ou eram considerados endemoniados, sempre necessitando dos exorcistas. A ideia do século XIX, de manicômios que possuíam objetivos de cura ou tratamentos, que eram controversos e cruéis na vida dos autistas no passado. Segundo Yahn e Masiero (2003), os manicômios usavam tratamentos de lobotomia e leucotomia⁴ nos pacientes, e esses tratamentos não visavam a cura, mas buscavam tornar as pessoas com comportamentos sociais fora dos padrões sociais mais dóceis. Esses tratamentos causavam muitas lesões, ao ponto de ser abandonado devido ao avanço da medicina com tratamentos menos invasivos.

Ou seja, os manicômios foram o ápice da institucionalização da psiquiatria, que segundo Amarante (1994), classifica o tratamento conceitual que é dado a essas pessoas como *emotional patients* (pacientes emocionais), ou seja, pessoas que são “doentes artificiais”, pois a suposta doença era uma construção social, e elas eram mantidas em manicômios para o tratamento e a sua detenção.

Muitas ideias daquela época se resumiam a assuntos semelhantes. Como já foi mencionado neste trabalho, e devido às ideias positivistas, em que a comunidade científica dizia que a sociedade deveria progredir culturalmente, racialmente, e economicamente, este era o argumento da “limpeza da sociedade”.

Mas a prova da diferença é que Vidal (2008) e Freud (1976) esclarecem que o psíquico é como uma máquina que busca sempre um equilíbrio (prazer), mas as pessoas com o espectro autista (TEA) possuem uma máquina mental com uma maneira diferente, que busca o prazer e o bem estar em coisas que outras pessoas buscam para sobreviver, e quando estas coisas são aplicadas de maneira igual e não universal, elas passam a desenvolver diversos problemas mentais, como ansiedade, fobia social e depressão na tentativa de se adaptar à vida social e aplicam uma camuflagem para evitar o julgamento, como Prata (1999) explica a afirmação que o problema da homeostase que Freud debate é relevante, mas as homeostases de certos indivíduos são singulares, ou seja, fora do padrão.

O pensamento da autora, de acordo com o pensamento freudiano, refuta o pensamento científico de que a diferença de corpos seria patologia, mas cada máquina, cada motor, possui um funcionamento diferente do outro. Essa diferença seria como colocar um peixe fora d’água, pois o peixe, em comparação aos cavalos, necessitaria de adaptação, como um aquário. Em relação à sociedade e a ao modo de vida deles, seriam considerados portadores de deficiência, e

⁴ “Leucotomia vem do grego leuco = branco e tomos = “corte”, “separação”, “cisão”, ou seja, “corte da substância branca”. Mais genérico o termo lobotomia vem do grego lobos = “porção”, “parte” e do mesmo tomos.” (Masiero, 2002).

o mesmo são os cavalos no ambiente dos peixes. Do mesmo modo são as pessoas autistas, que necessitam de adaptações devido às características de hipersensibilidade.

Os autistas de hoje gozam de direitos de cidadania, e tudo isso foi motivado através da conscientização dos horrores em que essas pessoas eram submetidas, e ao avanço científico, além de diversos legisladores e principalmente mães atípicas, que tiveram um papel fundamental nesta luta, pois sempre buscaram bravamente para que seus filhos pudessem ser protagonistas de seus próprios destinos e protagonistas de uma sociedade mais universal e adepta às diferenças.

3.3 ARQUITETURA DIGITAL E DESIGN UNIVERSAL

A arquitetura digital é uma parte a ser pensada e é tão importante quanto a física, pois assim como as asas de um pássaro ou as pernas de ser humano, a acessibilidade da arquitetura física deve caminhar junto com a digital. Segundo Rohde (2017), quando uma ciência se baseia nas realidades somente físicas, acaba caindo em limitações palpáveis pelo homem, ou seja, uma instituição arquivística que somente possui um ambiente com uma arquitetura física acessível acaba limitada, que é uma das razões para que as instituições arquivísticas tenham um debate sobre a arquitetura digital e quebre as barreiras da hipersensibilidade.

A arquitetura digital deve possuir uma boa naveabilidade, pois a lógica do usuário é conseguir chegar à informação desejada, como um cliente que chega a uma loja e deve haver uma estrutura mais amigável para que ele se sinta acolhido e busque o produto desejado, e segundo um argumento importante de Gomes e Autran (2022, p. 669), “muitas vezes, as instituições que possuem repositórios não manifestam preocupação com a sua usabilidade. Dentre os problemas encontrados, temos a falta de organização e de disposição textual nos seus links, tons de cores que dificultam a visão das informações, entre outros”.

Como o é explicitado nesta afirmação, os mais atingidos são os autistas, que acabam não se sentindo à vontade devido à quantidade de detalhes e cores e detalhes. Gomes e Autran (2022) ainda afirmam que existe um ponto limitante na acessibilidade, que não se é perceptível, o que dificulta a acessibilidade de pessoas com deficiência.

Esse estudo corrobora com esta pesquisa sobre a dificuldade e a falta da discussão de uma arquitetura digital mais acessível e amigável às pessoas com dificuldades sensoriais, e pode ser mencionada a plataforma *Acess To Memory* (atoM), mas a realidade do website do ACE UnB está ligada a esta plataforma de forma dependente, pois nela estão os acervos da UnB.

Porém, a diferença crucial entre a arquitetura digital e a física é que ela é uma arquitetura líquida, pois não possui uma forma permanente e constantemente passa pela obsolescência tecnológica devido ao grande progresso tecnológico em que vivemos no século XXI, ou seja, em

pouquíssimo tempo ocorre a evolução de plataformas de sites, o que torna cada vez mais disponível a evolução de ferramentas para a construção de sites de instituições arquivísticas.

O que todas essas características dos fluidos mostram, em linguagem simples, é que os líquidos, diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade. Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas “por um momento”. Em certo sentido, os sólidos suprimem o tempo; para os líquidos, ao contrário, o tempo é o que importa. Ao descrever os sólidos, podemos ignorar inteiramente o tempo; ao descrever os fluidos, deixar o tempo de fora seria um grave erro. Descrições de líquidos são fotos instantâneas, que precisam ser datadas (Bauman, 2010, p.8).

Bauman (2010) discorre desta evolução líquida, pois a evolução tecnológica não possui destino, e semelhante ao vento, ela não possui destino conhecido pelo homem, assim como a inteligência. Mas a acessibilidade deve caminhar na mesma velocidade para acompanhá-la, para que a constituição brasileira seja literalmente respeitada. Então, a tecnologia fornece as ferramentas à nossa mesa, assim como a faca e o queijo, que são ingredientes óbvios para esta ação, para que os arquivistas, arquitetos e pessoas da área da Tecnologia da Informação (TI) dialoguem sobre o assunto.

Mas antes que seja discutida a arquitetura tecnológica dos sites, é necessário saber e definir o objeto principal, que é a definição e o entendimento sobre o documento digital.

Segundo a definição de Rondinelli (2013) e Ribeiro e Santos (2022), o documento digital é um documento que possui um suporte em cadeias de *bits* que contém dados, forma, conteúdo e composição que necessita de um tratamento diferente do resto de outros suportes devido a obsolescência e que também se mantenham algum selo que garantam os seus valores probatórios.

Apesar da mudança tecnológica e das sofisticações e de todas as melhorias, existe uma exclusão não oficial, mas cultural, de pessoas com TEA por motivos de alterações sensoriais, pois elas possuem diferenciação nessas sensações e neste trabalho, como foi mencionado por Cola, *et al* (2017). Apesar disso, Serati e Gilbertoni (2022) mencionam brilhantemente em seu artigo a seguinte exclamação: “Desenvolver produtos pensando em acessibilidade, faz com que usuários menos necessitados de tal acessibilidade também tenham uma experiência melhor, ou seja, todos saem ganhando” (Serati; Gilbertoni, 2022, p. 339).

Eles mencionam ainda que os produtos que não são acessíveis podem perder mercado para os que são acessíveis, pois a mudança muitas vezes vem por via econômica, assim como produtos e lugares com temáticas para pessoas LGBTQIAPN+, que ganharam ainda mais lucros com o nicho de mercado cada vez maior.

3.4 A EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO NA ARQUITETURA DIGITAL

No artigo de Serati e Gilbertoni,(2022), “A experiência do usuário no contexto de desenvolvimento de um aplicativo para crianças com o transtorno do espectro autista”, eles descrevem sobre o desenvolvimento de um aplicativo para as crianças que são enquadradas no espectro, mas para a arquitetura digital e universal, este estudo dá um norte ao parâmetro do website do ACE, pois eles mencionam que a arquitetura digital do aplicativo seria mais exclusivo, mas a arquitetura do site do arquivo central da UnB deve atender a todos os públicos, pois o acesso e o design do site devem ser universais e ao redor das dimensões definidas pelos autores: *accessible ,findable usable, desirable, valuable, useful e credible*.

Este último é o mais importante para este estudo, para um bom *design* universal e uma arquitetura digital mais acessível, pois investiga se o produto possui barreiras digitais que incomodam e impedem o acesso desse público no site arquivo (Morville, 2004).

Quadro 2 - Características das Experiências do Usuário à navegação no espaço digital

DIMENSÃO	SIGNIFICADO	INDICAÇÃO
FINDABLE	Fácil de encontrar	Investiga se o produto possui uma boa navegação e funções fáceis e acessíveis de se achar.
USABLE	Utilizável	Se o produto é utilizável pelos usuários.
DESIRABLE	Desejável	Se desperta desejo nos usuários de utilizar o site.
ACCESSIBLE	Acessível	Se o produto é acessível a todas as pessoas.
VALUABLE	Valioso	Se o produto possui valor para as pessoas.
USEFUL	Útil	Se um produto é útil para as atividades das pessoas.
CREDIBLE	Credibilidade	Se o produto passa credibilidade às pessoas.

Fonte: Adaptado de Morville, 2004.

Estes conceitos são derivados do conceito da colmeia de experiência do usuário de Morville, ou no original, *the user experience honeycomb*, e são de importância súmula para uma das frontes deste trabalho.

Para a outra parte dessa pesquisa, os autores citam as diretrizes para acessibilidade de usuários com TEA, *accessibility guidelines for user with ASD*, que orientam como construir um site ou aplicativo e que também podem auxiliar nas melhorias do site do ACE.

Quadro 3 - Diretrizes para criação de arquivo digital conforme as dimensões de acessibilidade

DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE	DIRETRIZES DE ARQUIVO DIGITAL AOS USUÁRIOS
Design Gráfico	<ul style="list-style-type: none"> ● O texto deve ser acompanhado por imagens; ● O texto deve ser claro, simples e curto (máximo de uma frase por linha); ● Usar uma fonte grande (tamanho 14) e sans serif (Verdana); ● Utilizar cores neutras para o texto; ● Cabeçalhos e títulos devem ser usados.
Estrutura de Navegação	<ul style="list-style-type: none"> ● A navegação deve ser consistente e também uniforme em todas as páginas; ● A aplicação deve ter uma estrutura simples e lógica para que o usuário possa navegar facilmente dentro dele; ● Adicionar informações de navegação na parte superior e inferior da

	página;
Usuário	<ul style="list-style-type: none"> ● Permitir personalização; ● Tentar envolver o usuário; ● Tornar adaptativa a interação do usuário de acordo com seus históricos de necessidades com auxílio de inteligências artificiais (IA) através de pluguins que possa ser melhorado de acordo com a interação deles.
Linguagem	<ul style="list-style-type: none"> ● Usar uma linguagem simples e precisa; ● Evitar acrônimos, abreviações, texto não literal e jargões.

Fonte: Adaptado de Serati e Gilbertoni, 2022.

3.5 TIPOS DE ACESSIBILIDADE

De acordo com as recomendações acima, foi feita uma pesquisa de comparação entre sites de arquivos de universidades que possuem arquivologia, pois nelas há uma probabilidade mais alta de haver profissionais que possuem conhecimento e capacidade de liderança para organizar seus arquivos. Diferente das demais universidades que não possuem arquivologia e não possuem arquivos organizados, e muitas delas também não possuem uma acessibilidade própria para autistas, pois a maioria delas não segue as recomendações que foram propostas acima, inclusive o ACE da UnB, e também outras universidades, como a UFBA (Universidade Federal da Bahia), UFF (Universidade Federal Fluminense), UNESP (Universidade Estadual de São Paulo). O ACE não o possui, o que surpreendentemente quebra as expectativas vanguardistas e pioneiras que a UnB poderia e deveria possuir, pois a maioria dos autistas possui sensibilidade a cores, e na busca pelos acervos, poderia haver dificuldades em encontrá-los ou até mesmo navegar no site devido ao excesso de detalhes.

Segundo a lista de universidades que possuem arquivologia da CONARQ (2000), elas são divididas em três grupos:

1. Acessibilidade Natural: Os arquivos de universidades que não possuem uma acessibilidade do Governo Federal, mas seus sites possuem uma estrutura mais amigável aos autistas, sendo considerados acessibilidade natural, como as seguintes universidades públicas:

Quadro 4 - Sites de arquivos de Universidades com acessibilidade Natural

Universidade Estadual de Londrina	UEL
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Os sites destas universidades possuem uma arquitetura mais amigável devido a cores neutras e informações diretas, o que auxilia na adaptação para a naveabilidade e ao conforto visual desse *webplace*, que está de acordo com a dimensão “*Desirable*”, pois a naveabilidade é facilitada e é convidativa, o que Morville (2004) e Santos (2022), quiseram dizer na *UX experience*, ou Experiência de usuário.

2. Acessibilidade padronizada: São sites de Arquivos das universidades que possuem a acessibilidade padronizada do Modelo de acessibilidade em governo eletrônico (E-MAG), como os sites das universidades abaixo:

Quadro 5 - Sites de arquivos de Universidades com acessibilidade padronizada pelo E-MAG

Universidade Federal do Amazonas	UFAM
Universidade Federal do Pará	UFPA
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC
Universidade Federal da Paraíba	UFPB
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	UFRGS

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Estas universidades mencionadas possuem arquivos que possuem a acessibilidade universal pelo Governo Federal que, apesar de não ser voltada aos autistas, é voltada para pessoas que possuem outros tipos de deficiência, porém, possui recursos interessantes que podem auxiliar a pessoas autistas com hiperestímulo que as páginas possuem em variedades de cores e imagens, como os atalhos:

Quadro 6 - Atalhos de acessibilidade em sites do E-MAG

ALT 1	Para voltar ao começo da página
ALT 2	Menu principal
ALT 3	Busca interna de informação desejada pelo usuário
ALT 4	Rodapé do site.

Fonte: E-MAG, 2024.

3. Há também um grupo universidades que possuem arquivos sem nenhum recurso possivelmente amigável aos autistas, como:

Quadro 7 - Sites de Arquivos de Universidades que não possuem acessibilidade aos autistas

Universidade Federal da Bahia	UFBA
Universidade Federal de Brasília	UnB
Universidade Federal Fluminense	UFF
Universidade Estadual de São Paulo	UNESP
Universidade Federal do Rio Grande.	FURG

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Dentre as universidades que não possuem nenhum tipo de acessibilidade está a UnB, objeto de estudo deste trabalho, que por falta de conhecimento e treinamento de técnicos, não possui nenhuma adaptação arquitetônica que seja agradável a aqueles que possuem hipersensibilidade devido a diversidade de cores e fotos que os confundem, prejudicam e os afastam do site.

A *Web* arquitetura que conta com poucas cores fortes e ornamentos que mais se encaixa na adaptação aos autistas é o site da Wikipédia. Apesar do layout informacional ser mais complexo devido aos textos serem mais longos, o que causa um excesso de informação que atrapalha a leitura, o layout é parecido ao design do arquivo central da UNIRIO, que apesar das

suas vantagens, possui poucas informações, o que prejudica tanto os usuários comuns quanto os autistas na busca por informações arquivísticas.

As recomendações destes autores descrevem a união da tecnologia e do Design Universal para tornar a arquitetura digital mais convidativa às pessoas que possuem autismo, e são as peças-chave para a acessibilidade.

A interação (usuário- site) deve ser feita através de auxílio de Inteligências Artificiais (Ias), que podem remodelar as características do site por meio da análise de feedbacks que recebem, e com ajuda de logaritmos, que modelariam de acordo com estes parâmetros, e sites como o do ACE poderiam beneficiar os usuários e funcionários não somente autistas, mas usuários com diferentes necessidades, que seriam beneficiados de maneira mais justa e universal, e os ajudaria na busca e na consulta de acervos, bem como na divulgação dos trabalhos no arquivo.

Mas a obra-prima que pode ajudar a compreender como tornar os espaços mais acessíveis para as pessoas que possuem deficiências ocultas é o GAIA (Acessibilidade de Interfaces Web com foco nos aspectos do Autismo):

Que tem por objetivo prover um conjunto de diretrizes e recomendações de design para a acessibilidade com o intuito de apoiar desenvolvedores de software e educadores digitais a entender melhor como desenvolver websites mais adequados às necessidades de crianças com TEA (Britto; Pizzolato, 2017 p. 103).

Apesar dos autores se referirem a recomendações de aplicativos para crianças, os parâmetros de acessibilidade e os guias de softwares poderão ajudar a servidores do TI a fazer alguns ajustes e arquitetar sites mais amigáveis aos autistas, pois a maioria não possui o um foco direcionado para a acessibilidade devido ao desconhecimento desses, profissionais pois nos cursos de TI não há aulas sobre o tema. Este guia pode tornar a compreensão deste assunto mais acessível aos servidores pois, segundo Pizzolato e Britto (2017), se encontra em literaturas científicas que há alta dificuldade de compreensão para quem não trabalha na área, mas o *website* do GAIA possui Open Source (código aberto), que pode ajudar na construção de sites de arquivos que possam ser mais amigáveis às pessoas que possuem deficiências ocultas.

Estas melhorias são nas áreas de Design Gráfico, Estrutura e navegação, usuário e linguagem, e não só necessita de uma boa naveabilidade como também é de algum software arquitetonicamente viável para a custódia dos documentos digitais e nato-digitais.

Segundo o Arquivo Nacional, deve-se haver uma Política de Preservação Digital (PPD), que significa que:

Um instrumento institucional por meio do qual os órgãos e entidades definem sua visão sobre a preservação desses documentos, abrangendo princípios gerais, diretrizes e responsabilidades, que orientem a elaboração de programas, projetos, planos e procedimentos, com vistas à preservação e acesso a documentos arquivísticos digitais autênticos (Arquivo Nacional, 2019, p. 4).

E de acordo Bianchi, *et al* (2022), uma PPD possui elementos essenciais para se implementar em uma instituição as políticas digitais que são necessárias a ela. Ou seja, é um instrumento regulatório que auxilia na preservação digital, e dentro dela é necessário que haja um guia de acessibilidade para pessoas com deficiências ocultas, e que elas possam buscar por acervos em lugares que lhes sejam agradáveis. Assim, essa implementação deve ser vista como essencial, como um dos primeiros assuntos a serem discutidos na revisão da PPD e em sua construção e debates.

Pensar em preservação digital também é pensar em acessibilidade, não como uma palavra genérica, para todos, mas também para aqueles que possuem alta hipersensibilidade, pois como os autores explicam:

Pensar em preservação digital, implica em refletir sobre políticas de preservação específicas para esse meio, uma vez que dada a sua composição diferenciada, os documentos digitais estão sujeitos a diversas questões, técnicas e teóricas, que acabam dificultando a ação de preservá-los (Ribeiro; Santos, 2022, p. 526).

E não só na preservação, mas documentos que possuem figuras e detalhes de cores mais difíceis de serem armazenados devido ao alto número de bites, à dificuldade e à logística de manutenção de servidores que armazenam dados levam a pensar em uma arquitetura digital mais minimalista, com documentos o mais diretos possíveis para o acesso e o manuseamento de funcionários e alunos que possuem o espectro autista.

3.6 IMPACTO DA ARQUITETURA NO BEM-ESTAR DE AUTISTAS

De acordo com a literatura sobre o bem-estar da arquitetura moderna, as necessidades humanas devem estar em primeiro lugar, como Souza (2023) explana, que o ambiente deve ser palco das vivências humanas, e que esse ambiente deve ser projetado para fomentar o bem estar de forma contínua.

Não há vivências humanas e não há diversidade em um ambiente não acessível, pois a acessibilidade é a chave principal que une todas as disciplinas e que, às suas próprias línguas, é pensada para as soluções em seus campos de saberes. Mas acessibilidade em instituições arquivísticas trabalha em conluio com a arquitetura e a área informática, pois a arquitetura física e o bem estar devem abranger a dimensão espacial física e o ambiente tecnológico.

De acordo com os autores Segawa (2003) e Coutinho (1930), a Luminosidade e a ventilação são instrumentos de conforto arquitetônico que podem ser adaptadas de acordo com as necessidades do ambiente, principalmente à arquitetura inclusiva que atende à pessoas do espectro autista com hipersensibilidade à iluminação e ao calor, devido às diferenças nas respostas de estímulos cerebrais em relação às pessoas com o desenvolvimento típico.

Uma janela, porém, não é uma simples continuidade. Consiste também nos dispositivos controladores como as vidraças, persianas, etc., que regulam a maior ou menor iluminação, ou ventilação ministrada. Estes elementos de janela devem merecer um estudo detalhado até o estabelecimento de modelos definitivos, cuja produção possa ser empreendida em série (Coutinho, 1930, p. 58).

Este estudo atende também a instituições arquivísticas devido às sugestões de adaptação para as necessidades deste público, pois apresenta soluções que podem ser usadas para a diminuição do desconforto, não somente térmico, mas principalmente ambiental: “o vão é responsável por múltiplas funções contemplando o conforto ambiental, que necessita de um projeto racional passível de serialização – um pressuposto derivado do ideário moderno” (Segawa, 2003, p. 44).

A janela é um vão de muitas possibilidades, que traz melhorias aos ambientes fechados, e quando unida a muitos dispositivos de controle, é capaz de tornar o ambiente mais confortável aos autistas para a regulação de luminosidade e para o fechamento e a utilização de sistemas acondicionadores de ar.

A casa é um envoltório que encerra no seu espaço interior uma atmosfera de qualidades constantes, própria para a existência confortável do homem. Um abrigo contra o ambiente e suas variações, cujas amplitudes nem sempre são compatíveis com a existência normal. Mas um abrigo adequado. E para isto necessariamente, o meio deverá, por suas características, condicionar a casa. Os climas extremos exigem as soluções extremas. Na adequação da casa às condições locais reside o nó da questão. E sua resolução trará o estabelecimento de padrões que serão definitivos, uma vez que no sentido da eficácia, representem o aproveitamento máximo das possibilidades dos meios técnicos empregados (Coutinho, 1930, p.11-12).

A Arquitetura modernista também deve ser acolhedora e não inibidora para o acesso deste público, pois vai contra a universalização da arquivologia e da arquitetura. Não é possível pensar na democratização do acesso sem um ambiente acolhedor, e para Segawa (2003), o ambiente, como a casa ou a própria instituição arquivística, deve atender ao conforto do homem e deve ser compatível a ele e às suas necessidades.

Uma boa manipulação dos efeitos da luz e sombra são capazes de acentuar as complexidades dos projetos de maneira sutil, tendo como resultados, por exemplo, o convite ao uso e a percepção do ambiente - sendo que o usuário, inconscientemente, ainda pode valer-se disso para uma “elaboração criativa de si mesmos (Huskinson, 2021, p. 230).

A beleza da criatividade em favor da atenção minuciosa e humana (individual) é, em si, um instrumento de controle, de tornar algo que possui uma maneira selvagem, inóspita, em algo mais humano e acolhedor, principalmente aos autistas, e que além do belo em ser visto, deve ser tornado em algo útil a todos os cidadãos, não importando o sexo, idade, origem e condição física, sensorial e mental, pois não adianta possuir beleza e detalhes se um arquivo possuir coisas que afastam o público que possui o TEA.

A ideia-chave dos autores Huskinson (2021) e Gurgel (2017) é que as relações de luz e sombra, e a iluminação ambiental físico e digital devem provocar uma sensação de bem-estar, devem indicar o convite ao uso de pessoas do espectro autista, principalmente em Arquivos, pois elas devem acalmar e não alterar a psiquê deste público, conforme Huskinson (2021), o ambiente deve provocar um convite à criatividade dessas pessoas.

O *layout* dos móveis, segundo Souza (2023), deve ter possibilidade de flexibilidade para a movimentação das pernas para que haja espaço satisfatório para as necessidades de pessoas com o TEA, pois elas possuem movimentos repetitivos, além de dispositivos inibidores de barulho, que podem auxiliar na hipersensibilidade auditiva deles: “a imagem de arquitetura é, fundamentalmente, um convite à ação” (Pallasmaa, 2013a, p. 42, 43).

Ou seja, não há convite sem a adaptação, não há Arquivologia nem Arquitetura sem adaptação, e não universalidade sem ela, e sem ela o ambiente deixa de ser universal e convidativo e passa a ser segregacionista.

Mas a questão da discussão sobre a sensoriedade e da beleza da Arquitetura, como fora dito, é uma questão urgente de discussão, pois Grandin (2016) expressa a seguinte questão:

Suspeito que os pesquisadores simplesmente não entendem a urgência do problema. Eles não conseguem imaginar um mundo onde roupas que pinicam o fazem sentir-se pegando fogo, ou onde uma sirene soa como se alguém estivesse perfurando meu crânio com uma furadeira... como socializar pessoas que não toleram o ambiente onde devem se mostrar sociáveis? (Grandin, 2016, p. 80).

Os pesquisadores da Arquitetura e Urbanismo e da Arquivologia não pensam sobre os impactos em que as sensações cotidianas podem afetar os autistas, e esta reflexão nos convida a praticar um longo e extenso exercício de altruísmo, que vai contra o egoísmo estético da beleza e do conforto arquitetônico para as pessoas de aspectos “normais” ou para pessoas com deficiências visíveis mas, contrárias ao conforto mental e artístico dos arquitetos e também dos arquivistas da Academia, ela deve também ir de encontro à neurodiversidade de percepções ao mundo, como dizem Vergara, Trancoso e Rodrigues (2018 apud Mostafa, 2008), que há sete requisitos fundamentais para ambientes internos voltados a essa demanda: acústicos, sequenciamento espacial, espaço de fuga, compartmentalização, transições, zoneamento sensorial e segurança.

O *Layout* que a autora se refere são os ambientes escolares, mas essas observações também são necessárias de se observar no ACE, e a autora exemplifica que os ambientes devem ter uma fluidez mais gradual e devem evitar uma mudança abrupta, e deve-se haver um ambiente em edifícios e casas que poderão ser um espaço de sensorização neutra.

Esse espaço pode ajudar principalmente para o refúgio dos funcionários e também usuários autista, pois pode ajudar a recalibrar as energias sensoriais em caso de mudança de

ambiente e também devido ao estresse no dia a dia na UnB e nas universidades em geral, pois muitos espaços universitários causam um excesso de estímulos devido a Arquitetura física, ao calor ou ao frio, e também devido aos ruídos de máquinas de cortar grama e obras ao lado de fora da universidade, e a falta de um bom isolamento acústico causam estresse sensorial aos autistas nas universidades. Como explicam os autores Grandin e Panek (2016):

[...] a internet está cheia de relatos de autistas sobre problemas com todo tipo de sons altos e súbitos – estouro de balões, sirenes, fogos de artifício. Mas alguns sons problemáticos são considerados mais prosaicos: não suporto o som do miojo sendo mexido na panela [...]. Às vezes, porém, a hipersensibilidade envolve não um som específico, mas uma riqueza de sons: “talvez você precise pedir à pessoa com quem conversa para repetir o que disse algumas vezes, porque estava tentando superar o barulho dos carros passando, o cão latindo a três quarteirões e o inseto que zuniu ao lado do seu ouvido (Grandin; Panek ,2016, p. 99, grifo nosso).

Ou seja, o mundo é carregado de estímulos sensoriais, cuja arquitetura eletrônica e de engenharia é feita para atender à rapidez do mundo moderno, mas pode ser confuso para quem é autista. Eles sofrem por não conseguirem entrar no mesmo ritmo e frequentar espaços públicos ou privados.

Ademais, também há uma falta de preocupação com a previsibilidade do local. Se não é um lugar novo, as pessoas autistas podem mais facilmente se acostumar a um ambiente com uma Arquitetura que eles toleram ou que sejam confortáveis a eles, mas se ocorrer alguma mudança repentina de local de atendimento, em algum arquivo universitário ou em um espaço de convivência para pessoas com deficiências ocultas, pode ser prejudicial a esses alunos que já estavam adaptados ao local anterior, levando a uma sobrecarga de estímulos.

Outrossim, uma vez que o estudante autista apresenta dificuldades em se adaptar a situações desconhecidas como, por exemplo, ir em busca de ajuda no próprio Núcleo (um local desconhecido), talvez essa dificuldade possa ser atenuada ou mesmo minimizada se o núcleo for em um lugar em que esse estudante estiver acostumado, localizado na própria unidade em que estuda (Oliveira; Abreu, 2019, p. 75).

Mas se a troca for realmente for necessária, deve haver algum tempo de transição em que os alunos e servidores de outros lugares, e funcionários autistas do arquivo, façam uma adaptação anterior à inauguração, pois o feedback deles sobre a arquitetura externa e interna é necessária para que eles, como usuários e trabalhadores, se sintam confortáveis.

O ACE da UnB teve uma recente mudança de local, e segundo os estudos sobre o autismo, deve ter causado ansiedade para esse público, pois ele está agora em um ambiente novo e com espaços e móveis que causam confusão.

4 A AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DO ACE

A avaliação do espaço físico e da acessibilidade atual do ACE da UnB, principalmente para os autistas e para a comunidade geral de pessoas com deficiência, foi feita com base nos seguintes parâmetros:

1. Breve histórico do ACE;
2. Caracterização do ACE;
3. Avaliação da acessibilidade.

Essa análise considerou as vantagens e desvantagens do espaço físico interno e externo, com base em como a arquitetura física e digital afeta a hipersensibilidade, assim como o atendimento às suas necessidades especiais específicas, que são o objeto-foco deste trabalho.

4.1 A ESTRUTURA FÍSICA E O FUNCIONAMENTO DO ACE

O ACE é um órgão complementar, ligado diretamente à Reitoria da Universidade, que possui ao todo 17 arquivistas de 34 servidores. Sua missão é agilizar e melhorar a gestão de documentos na UnB, além de guardar a memória. Conforme o seu regimento interno - Resolução do Conselho Universitário nº 19, de 24 de julho de 2015 - é responsável pela proposição e implementação da política arquivística da Universidade de Brasília, pela coordenação de seu Sistema de Arquivos (SAUnB), pelo desenvolvimento da gestão de documentos arquivísticos e sua preservação, visando facilitar o acesso e a divulgação das informações.

De acordo com seu regimento interno, o Arquivo Central é composto pelas seguintes coordenações: Coordenação de Protocolo, Coordenação de Gestão de Documentos e Coordenação de Arquivo Permanente, além do Conselho Consultivo, Direção e Apoio Administrativo. (ACE,2015)

A Coordenação de Protocolo (COP) é onde os documentos são recebidos, protocolados e os usuários buscam informações. Ela orienta e ensina sobre os serviços de protocolos na Universidade, define e orienta a execução do serviço de autuação das Unidades Descentralizadas da UnB, faz a expedição de correspondências das unidades setoriais de protocolo na Universidade, entre outros serviços.

A Coordenação de Gestão de Documentos (COGED) orienta e auxilia na gestão de documentos da FUB, oferece treinamento e cursos para os servidores da FUB sobre a gestão documental, atende a solicitações de empréstimo de documentos e consulta ao acervo sob sua guarda, elabora o manual de gestão documental, realiza serviços de microfilmagem, entre outros.

A Coordenação de Arquivos Permanentes (COAP) faz a gestão de arquivos classificados como permanentes e que possuem grande relevância para a universidade, além de prestar serviços de empréstimo de documentos e consulta ao acervo sob sua guarda.

A Direção do ACE coordena o ACE, recebe os relatórios de cada setor, coordena as atividades do pessoal, coordena o setor financeiro e integra a Comissão de Avaliação de Documentos (CPAD) na FUB, entre outras atribuições.

O Apoio Administrativo apoia a direção no controle das atribuições dos servidores no ACE, dá apoio na administração financeira e coordena a copa e o serviço de limpeza no órgão.

A estrutura física do ACE é composta pelos seguintes locais:

Térreo: 2 salas onde funciona a Coordenação de Protocolo (COP) e 5 salas de arquivo intermediário, que variam desde comuns até o galpão; 1 auditório com 3 salas de apoio: sala de consulta, sala de higienização e uma sala vazia; 2 salas de guarda de arquivo permanente; 1 copa.

Primeiro andar: 3 salas para o Apoio e a Direção do ACE; 1 sala de almoxarifado; 2 salas para a Coordenação de Gestão de Documentos (COGED); 2 salas para o Serviço de Microfilmagem (COGED); 1 sala de reunião; 2 salas da Coordenação de Arquivo Permanente (COAP).

O acervo, em geral, está acondicionado nas salas e no galpão no térreo do Arquivo. Há uma grande quantidade de documentos oriundos do antigo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação, Seleção e Promoção de Eventos (CESPE). Além disso, parte dos conjuntos documentais encontra-se em uma tenda localizada no estacionamento do Arquivo Central. Esses documentos estão empilhados em paletes e, em sua maioria, aguardam eliminação.

O público atendido pelo arquivo é, geralmente, interno, incluindo professores, funcionários, servidores e alunos de graduação e pós-graduação. Também há atendimento ao público externo, como pesquisadores, cientistas, jornalistas, professores de outras universidades e órgãos governamentais e civis.

As principais atividades desenvolvidas no ACE são: estágio supervisionado, demonstração de atividades práticas, visitas ao acervo, expedição de documentos e objetos, protocolo de documentos, consultoria arquivística, acesso ao acervo, microfilmagem, uso do Sistema Eletrônico de Informações e publicação de documentos.

Além disso, o ACE possui documentos importantes que direcionam suas ações, tais como a Política Arquivística, o Programa de Gestão de Documentos (PGD), que orienta a eficiência da gestão documental e a otimização dos recursos disponíveis na Fundação Universidade de Brasília, e o Programa de Preservação de Documentos (PPD), que visa preservar os documentos da Fundação e garantir acesso ao patrimônio arquivístico, em defesa dos interesses da UnB.

O ACE possui setores como: O Conselho Consultivo, que aprecia a política arquivística proposta pelo ACE para a FUB e a encaminha ao Conselho Universitário, além de analisar os acervos arquivísticos de interesse da FUB/UnB, entre outras atribuições.

De acordo com o Manual do Regimento Interno, os membros que compõem esse conselho são: I - O Diretor do ACE, que deverá presidir o Conselho; II - Coordenadores do ACE; III - Um representante docente do curso de Arquivologia; IV - Um representante técnico-administrativo da FUB; V - Um representante de cada um dos *campi* da FUB.

As informações sobre os servidores do ACE podem ser consultadas no site do órgão, assim como o seu organograma. Cada setor possui sua área de trabalho, sendo que o COGED e o COAP contam com espaços destinados à guarda dos documentos físicos sob sua responsabilidade.

O arquivo segue uma série de diretrizes baseadas na Resolução do Conselho de Administração nº 0004/2020, além de instrumentos de pesquisa, como o Manual de Gestão de Documentos e os Guias do Arquivo Permanente, que auxiliam na recuperação da informação e na gestão arquivística (ACE, 2022).

4.1.1 Acervo da COP

A COP absorveu todos os documentos que foram digitalizados e inseridos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) a partir de maio de 2016, quando os processos administrativos passaram a ser tramitados e produzidos digitalmente por meio desse sistema. O acervo da COP é composto por 930 caixas, totalizando 130,2 metros lineares de documentos.

4.1.2 Acervo da COGED

A COGED possui aproximadamente 30 mil caixas de arquivo, totalizando cerca de 4.200 metros lineares.

Também dispõe de outros suportes:

3.658 rolos de microfilme de 16 mm da Secretaria de Administração Acadêmica (SAA), contendo dossiês de alunos de graduação e pós-graduação, menções finais, monitoria, processos de registro de diplomas de outras faculdades, entre outros.

1.055 rolos de microfilme de 16 mm do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP), referentes a dossiês funcionais, folhas de pagamento e frequência.

944 rolos de microfilme de 16 mm da Diretoria de Contabilidade e Finanças, com documentação sobre a movimentação diária.

198 rolos de microfilme de 16 mm do Serviço de Material, contendo processos de compra e serviços.

45 rolos de microfilme de 16 mm do Serviço de Comunicação Administrativa, com atos, resoluções e instruções da Reitoria.

100 rolos de microfilme de 35 mm da Coleção Carlos Lacerda – Tribuna da Imprensa.

70 rolos de microfilme de 35 mm referentes à Coleção Natterer.

8 rolos de microfilme de 35 mm do Departamento de Sismologia.

4.1.3 Acervo da COAP

O acervo da COAP é composto por:

3.011 caixas-arquivo, totalizando 421,54 metros lineares;

7.937 fotografias;

45 pacotes com registros de diplomas de faculdades e universidades do DF;

1 mapoteca de aço, contendo mapas, desenhos e gravuras.

4.1.4 Acervos no SEI (Sistema Eletrônico de Informações)

1.197.903 processos até a data de 5 de setembro de 2024;

Aproximadamente 4,5 terabytes;

9.955.200 documentos até a data de hoje, desde 16 de maio de 2016, data da implantação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações).

4. 2 O ARQUIVO CENTRAL DA UNB: BREVE HISTÓRICO

No ano de 1961, quando a Fundação Universidade de Brasília (FUB/UnB) foi criada, havia espaços destinados à biblioteca central da UnB e ao Museu de Ciências, mas não existia, na época, a ideia de um arquivo central. Inicialmente, o arquivo era atrelado à biblioteca da Universidade de Brasília e às próprias unidades acadêmicas. (UnB,1962)

Nos anos 80, houve um debate sobre a criação de um local para guarda da memória, o que gerou o pontapé inicial para a definição do setor responsável pelo acervo arquivístico da UnB, como conhecemos hoje. Porém, foi definitivamente criado por meio do Ato da Reitoria nº 345, em 25 de agosto de 1986, como Centro de Documentação e Arquivo da Universidade de Brasília (CEDAQ). Mais tarde, em 25 de outubro de 1988, foi rebatizado como CEDOC (Centro de Documentação), por meio do Ato da Reitoria nº 596.

Nos anos seguintes, o CEDOC passou por mudanças significativas em seu modo de atuar, especialmente com o surgimento do curso de Arquivologia em 1990, que teve grande influência no tratamento arquivístico. Em 1997, além de receber laboratório próprio, o CEDOC passou a contar com serviços de microfilmagem, o que representou uma revolução no tratamento arquivístico da UnB.

Em 2009, foi formado um grupo de trabalho (GT), influenciado pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que estudou a restauração das competências do setor.

O resultado deste GT, pela Resolução nº 125, de 10 de outubro de 2011, culminou na união entre o Centro de Documentação e a Subsecretaria de Comunicação Administrativa (SCA), que também realizava diversos serviços arquivísticos.

Essa Subsecretaria tinha como atribuições as atividades de protocolo, incluindo o registro e a autuação de processos da Universidade. Também realizava a publicação de atos oficiais no Diário Oficial da União e atuava como gestora do contrato de expedição de objetos junto aos Correios (ACE, 2022).

Em 2014, o CEDOC e o SCA, pela Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) nº 2, de 19 de fevereiro de 2014, criaram a ACE, com o objetivo de facilitar e melhorar os serviços arquivísticos para a comunidade.

Essa melhoria resultou em maior rapidez e eficiência no que diz respeito à guarda de documentos administrativos, ao apoio técnico às atividades administrativas, à preservação da memória institucional e à guarda de acervos sobre pesquisas científicas realizadas ao longo da história da UnB.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi um programa do governo federal, criado em 2007, com o objetivo de melhorar e ampliar a educação nas universidades públicas no Brasil. O arquivo da UnB passou por melhorias que visavam abranger as reformas no ensino superior.

4.3 AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA ARQUITETURA FÍSICA DO ACE

A avaliação da acessibilidade da arquitetura do ACE para as pessoas autista será feita considerando as estruturas externas e internas, pois essa divisão é fundamental para a clareza da avaliação neste trabalho, por meio da observação das estruturas e de como elas são amigáveis aos autistas.

O principal fator de acessibilidade no ACE é a localização, pois o edifício, que anteriormente pertencia ao CESPE/CEBRASPE, está distante de outros edifícios da UnB e é cercado pela natureza, o que diminui a poluição do ar e a sonora — esta última sendo um dos principais fatores que dificultam as atividades diárias das pessoas com TEA. Como explicam Gomes, Fleming e Pedroso (2008): "os sujeitos autistas reagem mais facilmente ao estímulo sensorial, assim como falham ou são mais lentos para se habituarem aos mesmos" (Gomes, Fleming e Pedroso, 2008, p. 280). Ou seja, os autistas possuem respostas sensoriais diferentes dos neurotípicos.

O Arquivo Central da UnB é privilegiado devido a essa distância, o que proporciona maior conforto tanto para pessoas típicas quanto atípicas e também auxilia na preservação arquivística dos suportes lá custodiados.

Esse foi o resultado de inúmeras decisões que envolviam a análise de custo-benefício, sendo muito bem-sucedido, pois o arquivo possui uma entrada separada da área de trabalho e um espaço dedicado para o armazenamento dos acervos arquivísticos, como explica o Conarq (2000):

A escolha do local de um arquivo deve levar em consideração a ambiência adequada para a preservação dos acervos e o desenvolvimento de suas funções como um todo. Nesse sentido, é também necessário assegurar facilidades de acesso e comunicação (CONARQ,2000 P.5).

As normas da CONARQ citadas comunicam que a escolha foi bem acertada, pois a pintura do prédio é branca, uma cor neutra, e os baixos ruídos sinalizam um convite aos autistas, que podem deleitar-se com as atividades cotidianas, como trabalhos e consultas aos acervos arquivísticos.

Figura 1– Fachada lateral do ACE ,visão de quando se vem pela rua



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Na arquitetura externa, foram observados vários elementos arquitetônicos que podem auxiliar na acessibilidade de pessoas autistas. Esses elementos são simples e podem oferecer um espaço de fuga para o descanso mental, devido aos momentos de alta carga sensorial, além de outros aspectos que podem auxiliá-los nessa necessidade. Os locais que podem ser uma zona de conforto para a comunidade autista serão apresentados no Quadro 8, enquanto os locais não amigáveis aos autistas, com sugestões de melhorias, estão descritos no Quadro 9.

Quadro 8 – Identificação dos locais de zona de conforto e as características de acessibilidade no ACE

ESPAÇOS DO EDIFÍCIO ACE	CARACTERÍSTICAS DE ACESSIBILIDADE
Amplo estacionamento com área gramada em volta.	Os autistas podem caminhar longe dos carros e podem adquirir um bom descanso mental.
Saída de emergência próximo ao COGEI (Coordenação de Gestão de Documentos)	É uma saída de emergência, mas ela oferece um bom espaço de fuga.
Corredor da área de trabalho que dá acesso ao auditório e a sala de consulta e outras demais áreas de trabalho.	Os autistas podem também usar este espaço, quando não houver operações de trabalho.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 9 - Identificação dos locais não amigáveis aos autistas, seus problemas e as sugestões de melhorias

ÁREAS DO ACE	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	SUGESTÕES DE MELHORIAS
Corredor da área de trabalho	Este corredor possui fezes de pombos que pode causar doenças e danificar acervos arquivísticos ademais a irregularidade do piso.	Deveria ser feito uma manutenção no telhado que impediria a moradia dos pombos e outras aves além da manutenção do piso e assim melhoria a qualidade de vida dos transeuntes.
Área de entrada do ACE	Cores fortes que podem causar um desconforto visual	Poderia haver uma padronização de cores e mudanças para cores mais neutras. MOFFIT (2011)
Tenda externa, onde se localizam documentos com destino à eliminação	É um local insalubre para os funcionários trabalharem, principalmente os que possuem TEA.	Transferência dos arquivos que pertencem ao CESPE/CEBRASPE e o armazenamento dos arquivos para a futura eliminação.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 2— Entrada do ACE



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 3— Corredor da área de trabalho no andar inferior



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 4— Vista do ACE e da tenda dos acervos arquivísticos destinados à eliminação



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Mas o que poderia auxiliar na acessibilidade dos autistas é a inclusão de placas com cores neutras, de forma padronizada, mais claras e objetivas, indicando os locais onde os autistas poderiam frequentar para o descanso mental em zonas de conforto, tanto os que são mais amigáveis quanto os que ainda podem ser melhorados e adaptados.

A arquitetura interna de um edifício comum e até de um arquivo, como o ACE, é o que deve ser mais avaliado em questão de conforto e praticidade, pois a arte deve ser apreciada por todos os públicos, tanto para a preservação documental quanto para o espaço de trabalho. Como no caso deste trabalho, o design interior deve ter utilidade e praticidade.

Apesar da beleza, a praticidade e o conforto térmico são o que realmente contam na preservação documental, pois, por exemplo, o edifício do FCI (Faculdade de Ciência da Informação) possui um belo projeto arquitetônico, mas faltam janelas apropriadas, o que eleva os custos com o ar-condicionado, pois dificultam a ventilação nas salas de aula e nos demais espaços do edifício, como explicam Apparecido e Zanatto (2022):

A arquitetura não deve ser somente bonita, precisa ser responsável e transmitir empatia, compreendendo seu papel e impacto em meio à sociedade e a vida dos seus usuários. Ela tem que ser concebida considerando a análise das necessidades e carências das pessoas que podem vir a utilizar o espaço que está sendo projetado (Apparecido; Zanatto, 2022, p.157).

O que os autores explicam, em suas palavras, é que a arquitetura deve suprir as carências e as necessidades humanas; ela deve servir às pessoas e não ser escrava da beleza.

Uma ampliação dos requisitos e atributos do design inclusivo é necessário. Um novo entendimento da diversidade é a chave principal no desenvolvimento de teorias, ferramentas e técnicas de um design para inclusão (Altenmüller-LewiS, 2017, p. 03).

A ampliação dos requisitos do design arquitetônico abre espaço para um design acolhedor e humano.

Mais do que a arquitetura física, o fazer arquivístico e os modelos de trabalho para organizar os acervos arquivísticos também se consideram uma forma arquitetônica de organizar informações que auxiliam na procura rápida e precisa. A acessibilidade para os autistas também deve ter o debate aberto ao diálogo e às sugestões de melhoria, tanto na arquitetura física quanto na digital, para que assim possamos encontrar as respostas e as soluções para os problemas.

Os espaços que serão avaliados devem possuir locais acolhedores que possam melhorar as condições de trabalho dos autistas, promovendo o conforto tanto para trabalhadores quanto para consultentes. Um dos exemplos de locais que deve haver no ACE é o espaço de fuga, que serve como um espaço de recomposição sensorial para os autistas (Apparecido; Zanatto, 2022).

A observação das possíveis acessibilidades para os autistas no Arquivo Central da UnB será realizada em cada setor, verificando se há placas com cores mais claras e linguagens simples,

além de avaliar se há algum equipamento que os autistas possam usar enquanto trabalham ou algum lugar de conforto para diminuir a tensão mental.

Entre essa arquitetura física, também deve ser pensada na arquitetura do trabalho — a maneira rotineira com que os funcionários trabalham e se é possível adaptar o ambiente caso alguma pessoa com espectro autista venha a trabalhar no arquivo.

O Quadro 10 descreve as vantagens verificadas nos seguintes locais da arquitetura interna do ACE, enquanto o Quadro 11 descreve os problemas e as possibilidades de melhorias na acessibilidade.

Quadro 10 - Lista de vantagens das áreas do ACE

ÁREAS DO ACE	VANTAGENS ENCONTRADAS
Parte de baixo	Em geral, possui um amplo de trabalho e boas saídas mais seguras, placas com linguagens simples e diretas e pinturas em cores mais neutras.
Entrada	Possui placas que possuem orientações simples.
Protocolo	Possui pinturas claras e um espaço de fuga próximo.
Arquivo intermediário	Um bom espaço de trabalho e um bom espaço de fuga próximo.
Galpão (área de trabalho)	Possui um amplo espaço de trabalho, possui saídas de emergência que pode ser utilizado por autistas.
Sala de consulta, auditório e de arquivo permanente	Possui uma grande área de fuga e um auditório que pode ser um bom isolante para ruído e a pintura de cores neutras.
Sala de descanso e copa	Pode ser transformado em uma sala de descanso com uma arquitetura de interior que pode ser transformado em um local seguro para os autistas e a copa pode se tornar um local de acolhimento a todos os funcionários porque uma pintura mais clara que auxilia também aos autistas.
Parte de cima	Possui pinturas mais neutras e amplos espaços de trabalho que permitem uma caminhada e um bom espaço para os autistas.
Área administrativa	Possui um amplo espaço para o trabalho, cores neutras e uma boa climatização para a amenização do calor.
Salas da direção e da microfilmagem	Possui uma pintura mais neutra, um bom espaço de trabalho e climatização presente.
Salas da Coged e COGEP	Possui um amplo espaço, uma boa climatização e se localiza próximo a uma das áreas de fuga.
Forma de trabalho dos funcionários	A forma de trabalho dos arquivistas do ACE são mais amigáveis aos autistas devido à forma padronizada de tratamento arquivístico e a rotina previsível.
Iluminação do ACE	Possui uma boa iluminação, ela é de cor neutra e é suficiente para o trabalho confortável das pessoas atípicas
Mobiliário do ACE	Possui um bom espaço entre eles e as cadeiras podem se movimentar e para as pernas possui um apoio para os pés que pode ser usado para um maior conforto para os autistas
Corredor da área de cima	Possui uma espuma, que era utilizada pelo CESPE para o sigilo da elaboração das provas de concursos, (Programa de Avaliação Seriada) PAS e Vestibulares ,mas para os autistas é considerado um recurso excelente recurso arquitetônico eficaz para a diminuição dos ruídos. ⁵

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

⁵ Segundo Cruz e Oliveira (2019), o isopor, utilizado em obras é um isolante acústico o que corrobora com as características do corredor da parte de cima do ACE que pode ser usado a favor dos autistas.

Quadro 11– Identificação dos problemas das áreas do ACE e sugestões de melhorias

ÁREAS DO ACE	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	SUGESTÃO DE MELHORIA
Área de baixo	Placas com cores mais fortes	Mudança para cores mais neutras.
Corredor, protocolo e arquivo intermediário	Falta de segurança	Colocar vigilantes ou atendentes que possam auxiliar as pessoas que vão utilizar o ACE e os servidores do protocolo.
Área de trabalho/mobiliário /organização dos arquivos pelos funcionários	Os arquivos presentes nos acervos que foram identificados pelos servidores possuem cores fortes que podem dar cansaço mental em funcionários que possuem TDA e também há barulho nos arquivos deslizantes e fora que há acervos que pertencem a outra instituição que ocupa o espaço no galpão do ACE.	Mudança de cores nos arquivos, adquirimento de abafadores e mudança do acervo antigo, que pode desocupar os espaços ali presentes e facilitar a acomodação dos acervos da UnB.
Sala de consulta e auditório	Não possui indicação de orientação e auditório não possui climatização.	Fazer a manutenção corretiva e preventiva do sistema de ar-condicionado.
Sala de descanso e copa	É utilizado como depósito A copa não possui sinalizações de acessibilidade aos autistas.	Pode ser convertido em um espaço mais humano e inovador tanto para consultentes quanto servidores. Pode haver placas na copa que indicam que esse local é um ambiente amigável aos autistas.
Parte de Cima: Áreas administrativas e de microfilmagem, COGED ,COGEP e sala de reunião	Falta de indicação de um espaço de fuga.	Placas simples com linguagem direta indicando locais seguros.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Figura 5— Organização dos arquivos pelos servidores



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 6— possível área de fuga que se localiza na saída de emergência da COGED



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 7— Porta da saída de emergência da COGED



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 8— Acesso às áreas de trabalho na parte de cima



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 9—área da copa



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 10—sala de descanso ao lado da copa



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Esses *brainstorms* de problemas/soluções e oportunidades auxiliam na acessibilidade dos autistas, pois nos fornecem ideias mais claras sobre os problemas e as soluções. O interessante é que são soluções simples e baratas, pois o ACE já possui certa acessibilidade devido ao tipo de pintura e ao atendimento humanizado dos funcionários.

A solução de placas com cores mais neutras e linguagens mais simples, mudanças na forma de trabalho dos funcionários, com cores mais neutras ou outras formas de identificação, ou a compra de abafadores são soluções de curto prazo que são possíveis e mais viáveis no momento da implementação, devido ao baixo custo. Essas soluções podem ser debatidas entre todos os funcionários do ACE e, com essa união, pode surgir uma revolução em inclusão e cidadania na UnB e na Arquivologia em si mesma. Ou seja, a união fará a força, e as verbas baixas poderão estimular ainda mais a criatividade para a solução de problemas.

Por fim, o povo brasileiro é conhecido por inventar soluções criativas para driblar os problemas que os assolam. Portanto, a ciência e a inovação no ACE poderão ganhar um toque cultural brasileiro, juntamente com a união dos esforços da comunidade da UnB.⁶

4.4 DESCRIÇÃO DA ARQUITETURA DIGITAL

A arquitetura digital é uma arquitetura que pertence à dimensão cibernética e possui um grau de importância tão grande quanto a arquitetura física. Para muitas pessoas, ela pode ser ainda mais importante devido à comodidade e à facilidade que proporciona, principalmente em tempos de pandemia da COVID-19, que ocasionou o isolamento da população.

Assim como a arquitetura física, ela possui barreiras que podem impedir o acesso integral e confortável de pessoas com o espectro autista. Alguns sites possuem uma arquitetura com paletas de cores fortes e sobrecarregados de informações, o que ocasiona enormes dificuldades para essas pessoas. Mesmo com adaptações para surdos ou cegos, há pouca preocupação na adaptabilidade da arquitetura para usuários autistas, que possuem deficiências ocultas.

Uma das ciências que representam essa discussão é a experiência de usuário (UX), que teve seu estudo de Peter Morville, que trouxe o conceito da "Honeycomb Experience" (experiência da colmeia), como já foi descrito neste trabalho, conforme explica Silveira (2021):

Os arquitetos de informação surgiram com a explosão de informações que a internet permitiu colocar em rede, além de também estar fortemente relacionado à arquitetura da informação, uma atividade que cresceu em meio ao avanço da Internet (SILVEIRA, 2021, p. 19).

⁶A “criatividade do brasileiro” se refere ao termo (gambiarras) que é muito comum no Brasil e que pode ser usado tanto na Arquivologia, Acessibilidade e nas demais ciências.

Na prática, ele poderá auxiliar na definição de se a arquitetura da web e as redes sociais do ACE são acessíveis aos autistas e se há impedimentos que impõem barreiras ao acesso dessas pessoas.

Para a análise da acessibilidade dos canais de comunicação do ACE, foram testados os seguintes canais: 1. Website do ACE, 2. ATOM, 3. Redes Sociais: Facebook e Instagram, 4. Teste dos canais de atendimento, 5. Simulação de atendimento por telefone e presencial.

Para a análise da acessibilidade, será usada a quadro heurística de usabilidade de Sárgas (2019), que teve influências de Morville (2004), cuja pontuação vai de 0 a 4, onde o 0 representa que não há nenhum problema de usabilidade e o 4 significa que não é utilizável, ou seja, a pessoa autista poderia encontrar barreiras para o uso desses canais.

Quadro 12 - Avaliação de problemas nos espaços digitais de acordo com a heurística de usabilidade de Sárgas (2019)

ESPAÇOS DIGITAIS	NOTAS DE USABILIDADE				
	0 Nenhum problema de Usabilidade	1 Alta usabilidade	2 média usabilidade	3 Baixa usabilidade	4 Nenhuma usabilidade
Site do ACE			X		
ATOM				X	
Redes sociais: Instagram e Facebook			X		
Canal de atendimento por Email e peticionamento eletrônico		X			
Atendimento por telefone eSAVA presencial		X			

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Os canais de atendimento deveriam se adequar às necessidades das pessoas com deficiência, o que também inclui os autistas, o que Hott (2019) considera como equidade, ou seja, todos deveriam ter acesso igual e integral aos serviços.

Quadro 13 – Identificação dos problemas de acessibilidade nos canais digitais e oportunidades de melhorias

Canais do ACE	Problemas de acessibilidade	Oportunidades e sugestões de melhora
Site do ACE	O site possui muitas cores fortes, o que atrapalha os autistas que possuem hipersensibilidade a cores.	Construir uma versão com cores neutras para os autistas, a adição de um leitor que os auxiliaria e também a implementação da função contraste que auxiliaria o desconforto visual aos autistas.
ATOM	O site não possui uma naveabilidade clara o que acaba dificultando para as pessoas neuro típicas e prejudica ainda mais as neuro divergentes.	Desenvolver uma versão voltada aos autistas, organizar as funções do ATOM, também o auxílio do contraste de tela e a adição de um leitor.
Redes sociais: Instagram e Facebook	As redes sociais possuem uma boa naveabilidade e são constantemente atualizadas, mas possui cores fortes o que atrapalha os autistas na navegação.	Se possível poderia haver um perfil adaptado aos autistas com cores mais simples e as descrições nas fotos ou

		alguma diminuição das cores fortes
Canal de atendimento por Email e peticionamento Eletrônico	Possui um atendimento, rápido e os funcionários são compreensivos, apesar de haver uma falta de um prazo definido.	Estabelecer um prazo em que os consulentes possam estar cientes do prazo.
Atendimento por telefone e presencial.	Possui um atendimento cordial e os servidores, apesar de algumas faltas de comunicações, eles possuem um amplo profissionalismo no atendimento aos usuários. O atendimento por telefone não é eficiente pois foi feito uma ligação para o teste ,no entanto, não obteve resposta na ligação pois ele se encontra inativo	-Necessita-se melhorar na coordenação da equipe, mas esse é um problema contornável que aos poucos pode ser aperfeiçoado. -O telefone possui problemas para ligação, só é possível de maneira presencial ou Email O atendimento por telefone não se encontra ativo no momento, deve-se restaurar os atendimentos por telefone através da coordenação da equipe responsável para o atendimento.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

As análises arquitetônicas feitas no ACE servem como testemunho e prova de que a maior parte dos ambientes pode ser hostil para os autistas, mas o ACE se mostra preparado e possui uma ampla força acadêmica composta por servidores técnicos, funcionários terceirizados e estudantes, capazes de promover mudanças, melhorar e tornar o ambiente mais acessível às características de todos, sem distinção. Ou seja, apesar dos prós e contras apresentados sobre o ACE, fica comprovado que ele é um ambiente amigável aos autistas.

4.5 FEEDBACK DOS SERVIDORES E DO AUTOR DESTE TRABALHO

A opinião sobre a acessibilidade para autistas deve ser pesquisada entre os frequentadores, pois são eles que vivem diariamente os desafios de convivência. No entanto, os autistas possuem uma ampla força e superam desafios que, para a maioria das pessoas, passam despercebidos devido à falta de acessibilidade e à falta de compreensão de outras pessoas em relação às pessoas atípicas.

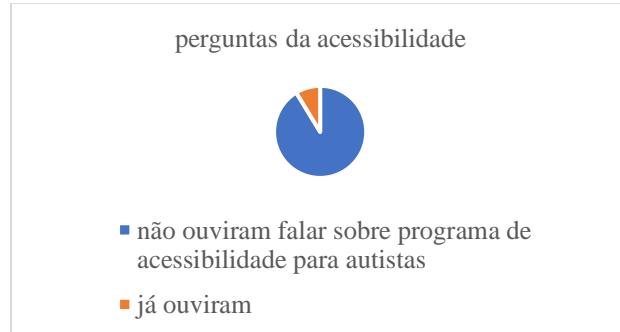
Para a análise da acessibilidade às deficiências ocultas no ACE, foi aplicado um questionário aos servidores técnicos para avaliar o conhecimento deles sobre a acessibilidade para autistas.

O questionário foi enviado por e-mail para todos os servidores do ACE. Do total de 34 servidores, 23 responderam às perguntas propostas.

1. Você conhece algum programa ou política sobre o autismo e/ou tecnologias assistivas da UnB?

Das 23 respostas, apenas 2 pessoas afirmaram que sim, enquanto outras 21 responderam que não. Ou seja, não há divulgação ou treinamento para os servidores sobre o atendimento a usuários autista ou programas da UnB que atendem a esse público.

Figura 11 – Perguntas acerca da acessibilidade



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

2. Você já recebeu algum treinamento específico na UnB sobre como atender às necessidades de estudantes autista?

A totalidade das pessoas que responderam a essa pesquisa nunca recebeu treinamento sobre o atendimento a esse público.

figura 12 – Perguntas acerca do treinamento para o atendimento aos autistas

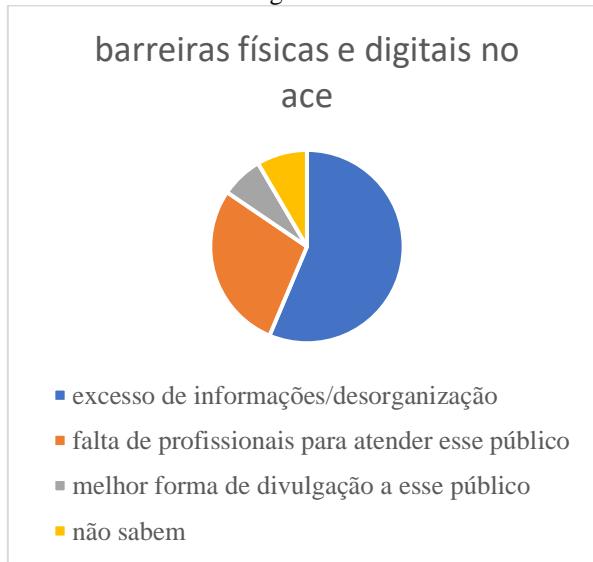


Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

3. Quais barreiras físicas e digitais – homepage, Instagram, Facebook – você acredita que possam dificultar o acesso de estudantes autista ao ACE?

A maioria das respostas variou entre a falta de treinamento para auxiliar essas pessoas e a ausência de uma política de organização da homepage e do AtoM. Segundo os servidores, as informações nesses sites não eram diretas nem intuitivas, além da diversidade de cores fortes, também presentes nas redes sociais, que dificultavam a navegação.

figura 13 – Perguntas acerca das barreiras físicas e digitais no ACE



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

4. Você já observou algum estudante autista enfrentando dificuldades específicas no ACE? Pode descrever?

Segundo os relatos, os servidores não receberam alunos autistas no ACE, mas o treinamento é preventivo, e talvez eles não soubessem identificar uma pessoa com o espectro autista.

figura 14 – Perguntas acerca do avistamento de estudantes autista com dificuldades no ACE

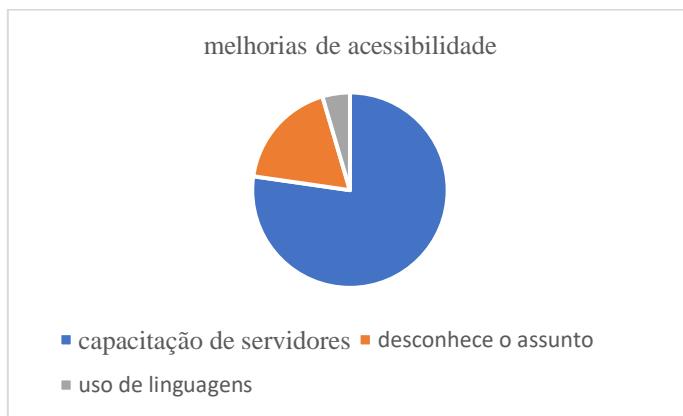


Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

5. Quais mudanças você sugeriria para melhorar a acessibilidade do ACE para estudantes autista?

O ponto que a maioria respondeu como chave para esta discussão é a conscientização do pessoal, que deve vir primeiro para a análise sobre a acessibilidade, e, depois, começar pelas mudanças mais urgentes, como a Arquitetura dos canais de comunicação e as melhorias que serão discutidas pelos servidores.

Figura 15 – Perguntas acerca de melhorias na acessibilidade



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

6. Há no ACE meios de receber ideias ou sugestões de estudantes autista ou suas famílias sobre como melhorar os serviços do arquivo?

A maioria respondeu que não há um espaço institucional concreto para isso, mas há a ouvidoria da UnB e o e-mail institucional do órgão, onde os autistas e seus familiares podem propor melhorias de acessibilidade.

Figura 16 – Perguntas acerca dos locais para deixar feedbacks para o atendimento



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

4.6 RECOMENDAÇÕES GERAIS SOBRE A MELHORIA DA ACESSIBILIDADE DO ACE

O ACE possui uma boa acessibilidade para os autistas, apesar de não ter sido projetado para eles nem para ser um edifício especificamente destinado a uma instituição arquivística. No entanto, ele pode ser melhorado a partir de uma lista de prioridades que podem ser implementadas de imediato e outras à medida da capacidade técnica ou financeira da instituição. Algumas recomendações gerais para a melhoria da acessibilidade, para implementação imediata, estão apresentadas na Quadro 14.

Quadro 14 – Recomendações para melhorias na acessibilidade de forma imediata

Treinamento dos servidores do ACE	É o primeiro objetivo que deve ser feito pois os funcionários devem ser conscientizados e devem receber treinamentos pelo DACES com mediação do instituto de Psicologia , FCI e a FAU(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo),esta última é para a orientação sobre as disposições dos móveis e sobre a organização dos espaços de recuperação sensorial, etc
Implementação de avisos de maneira direta e cores mais simples	Essas placas minimizariam as dificuldades sobre cores fortes que muitos autistas possuem ao avistá-las
Reorganização da Arquitetura do homepage, AtoM e das redes sociais	Adição de softwares que ajudem na acessibilidade e também que os autistas possam ter conforto visual ao navearem neles.
Happy Hour	Organização de <i>happy hour</i> pelos servidores para que possa ser acessível aos funcionários autistas como a priorização de lugares tranquilos para fazer um <i>picnic</i> ou um churrasco em um lugar tranquilo, pois os autistas gostam de socializar, mas a diferença que eles possuem impõem obstáculos, mas com as adaptações, as devidas barreiras são quebradas e o ambiente passa a adquirir equidade.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

4.7 ADAPTAÇÕES QUE NÃO SÃO PRIORITÁRIAS, MAS À MEDIDA DO POSSÍVEL DEVEM SER IMPLEMENTADAS NO ARQUIVO

Algumas adaptações podem não ser prioritárias devido à falta de recursos materiais, financeiros e humanos, mas devem tornar o ambiente do ACE mais acolhedor e inclusivo para os usuários e servidores que possuem TEA. As principais recomendações para adaptações não imediatas estão descritas no Quadro 15.

Quadro 15 – Recomendações para adaptações não imediatas

Implementação de espaço de fuga em local próximo à copa e o auditório	Com os devidos recursos disponíveis, a FAU poderia implantar um programa de extensão no ACE que, com base nas recomendações de autores que falam sobre inclusão de autistas em espaços e que os alunos desenvolvam projetos voltados a essa inclusão.
Mudança do acervo do CEBRASPE e a realocação dos arquivos permanentes para adquirir mais espaço	O lugar onde o acervo da CEBRASPE pode ser ocupado por mais arquivos como o permanente e o intermediário o que aumentaria o conforto para os autistas nos tratamentos arquivísticos.
Mudança na padronização de cores nos acervos arquivísticos	Há uma dificuldade na mudança da padronização de cores que auxiliam na localização dos acervos arquivísticos pois é uma técnica desenvolvida pelos arquivistas do ACE e não podem ser mudadas de imediato, mas os servidores autistas podem ser acompanhados e auxiliados caso haja dificuldade.
Compra de abafadores de ouvido	No ACE pode haver dificuldades orçamentárias não seria possível a compra de abafadores, mas poderia fazer uma campanha de doação de abafadores ao ACE e que usuários e servidores autistas que fossem trabalhar lá poderiam utilizá-los.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

4.8 GUIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE ESPAÇOS INCLUSIVOS

A implementação de espaços inclusivos, principalmente para autistas, deve incluir, por exemplo, não somente rampas ou pisos táteis, mas também adaptações sensoriais que diminuam o impacto da hipersensibilidade. Algumas sugestões para a implementação de espaços mais inclusivos estão listadas na Quadro 16.

Quadro 16 - Sugestões para implementação de espaços inclusivos

LOCAIS	ADAPTAÇÕES INCLUSIVAS
ESPAÇO EXTERNO	Pinturas de cores neutras Placas simples e diretas com cores neutras
ESPAÇO INTERNO	Pintura e iluminação com cores neutras nas paredes Placas de sinalização com instruções simples e diretas Móveis com dispositivos que anulem o ruído gerado pelo movimento Móveis distantes e com amplo espaço de caminhada e com dispositivos que ajudem a apoiar os pés Avisos de espaços de fuga com avisos simples e diretos com cores mais neutras Espaços de fuga sensoriais ao lado dos ambientes de trabalho com elementos que diminuam a carga sensorial
ARQUITETURA WEB	A Arquitetura dos meios digitais deve haver uma diminuição de cores fortes e separar as informações em nichos para a clareza das informações nos sites As redes sociais devem possuir uma descrição na foto, em caso de cores mais fortes, com uma linguagem simples e direta
TREINAMENTO DOS SERVIDORES	Os servidores devem receber treinamentos e cursos para lidar e atender alunos e funcionários TEA
OBJETOS USADOS PARA CONTROLAR A HIPERSENSIBILIDADE	Há alguns objetos que podem ser usados contra a hipersensibilidade dos autistas como: abafadores e óculos de sol

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

4.9 PROPOSTAS PARA FUTURAS PESQUISAS

As propostas para as futuras pesquisas neste trabalho podem abranger três diferentes áreas de conhecimento: Arquitetura, Arquivologia e TI, pois este trabalho envolveu a análise sob a ótica dessas áreas. As propostas estão inseridas no Quadro 17.

Quadro 17 – Propostas para futuras pesquisas conforme área do conhecimento

ÁREAS DO CONHECIMENTO	PROPOSTAS PARA FUTURAS PESQUISAS
ARQUIVOLOGIA	Atendimento aos usuários: A melhor forma de atender a usuários com TEA. Melhores sistemas de classificação de acervos arquivísticos que sejam inclusivos a arquivistas e funcionários com TEA. Pesquisa em sites onde possuem a melhor acessibilidade.
ARQUITETURA	<i>Estudo de layouts arquitetônicos que permita que as construções possam ser mais inclusivas e convidativas aos autistas com espaços de fuga sensorial para eles em caso de necessidade.</i>
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Estudos sobre a melhoria da Arquitetura dos sites e das informações, como elas podem estar dispostas a fim de que uma pessoa autista possa acessar as mídias sociais com tranquilidade.

Fonte Elaborado pelo autor ,2024.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ACE, apesar de não possuir uma política de acessibilidade para autistas, é um lugar aberto a melhorias e sugestões dos usuários em geral. Com as ferramentas certas, pode ser inovador, contando com o auxílio das áreas do conhecimento da Psicologia, Arquitetura, Arquivologia e TI (Tecnologia da Informação).

A conscientização da equipe é crucial para entender o problema e, assim, elaborar, juntos, propostas de melhorias no ACE, bem como a listagem de prioridades do que deve ser implantado, de acordo com a realidade financeira, material e pessoal do ACE.

A inclusão, na maioria das vezes, só existe no papel, mas as pessoas deficientes, por muitas vezes, são invisíveis à sociedade e dificilmente são ouvidas. Na sociedade, há muitas barreiras que as impedem de acessar os mesmos lugares que as pessoas "normais". Elas encontram grandes obstáculos que, muitas vezes, são intransponíveis, como, por exemplo, as escadas, que são barreiras para pessoas deficientes físicas; a dificuldade de comunicação que os deficientes auditivos enfrentam para se comunicar com pessoas que não possuem conhecimento de sua linguagem; os deficientes visuais que enfrentam barreiras eletrônicas e de leitura, que impedem a leitura; e o piso irregular, que também atrapalha.

A deficiência é entendida como uma construção social, resultado de padrões culturais que definem quais corpos e comportamentos são considerados normais ou aceitáveis. Ao longo da história, a definição desses padrões sociais corroborou com a exclusão e o preconceito contra pessoas com deficiência, devido à inconformidade com o padrão social estabelecido.

A inclusão do autista também está diretamente relacionada ao universo da acessibilidade, devido às dificuldades de socialização e aos comportamentos característicos dessa condição.

A Arquitetura física, no Brasil, ainda apresenta algumas limitações de estudo, pois muitos ambientes possuem cores e luzes fortes, o que afasta os autistas desses locais. Isso contrasta com a premissa da Arquitetura, que deveria ter o ser humano como centro do projeto, visando atender ao conforto humano.

Para os autistas, a Arquitetura, especialmente em construções novas e em Arquivos, deve criar ambientes seguros e confortáveis. Com a modificação de elementos que causam excesso de estímulos sensoriais, esses espaços podem ser projetados de forma a integrar os autistas como parte central da Arquitetura, com equidade.

A Arquitetura externa do ACE mostrou-se amigável aos autistas devido à sua localização distante de outros edifícios e ao ambiente cercado pela natureza. No entanto, existem problemas arquivísticos leves, como a tenda do lado externo, onde estão armazenados os arquivos destinados ao descarte.

Por outro lado, a Arquitetura interna contrasta com a externa, pois carece de elementos arquitetônicos que promovam conforto aos autistas. Apesar de haver espaços que poderiam ser adaptados para isso, há irregularidades que dificultam o acesso confortável e que também podem prejudicar os acervos arquivísticos.

A Arquitetura digital é um caso à parte. Ao contrário das recomendações da UX Experience, a Arquitetura dos portais digitais do ACE não possui adaptações específicas para autistas. Ela segue a tendência igualitária, que trata todos da mesma forma, e não a tendência universal, que respeita as diferenças de acesso e usabilidade, criando assim barreiras sensoriais para os autistas.

REFERÊNCIAS

- ACE. Arquivo Central da UnB.** Disponível em: <https://arquivocentral.unb.br/>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- ALTENMÜLLER-LEWIS, U.** Designing Schools for Students on the Spectrum. **The Design Journal.** Taylor & Francis Online, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14606925.2017.1352738?needAccess=true>. Acesso em: 19 ago. 2024.
- AMARANTE, P.** Uma aventura no manicômio: a trajetória de Franco Basaglia. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 1, p. 61-77, 1994.
- APPARECIDO, M. M.; ZANATTO, R.** Arquitetura de interiores em ambientes voltados para o Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, v. 38, n. 74, p. 156-171, 2022.
- ARQUIVO CENTRAL UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: <https://www.unirio.br/arquivocentral>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- ARQUIVO NACIONAL. AN Digital:** Política de Preservação Digital. Rio de Janeiro, 2016. 37 p. 2 v. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias/programa-an-digital. Acesso em: 21 jun. 2024.
- AUTRAN, M. M. M.; GOMES, W. S.** Websites de acervos arquivísticos permanentes: análise da arquitetura da informação na plataforma Atom. **Arquivos, Democracia e Justiça Social**, São Paulo, 1 ed., p. 666-675, 2023. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Arquivos-democracia-e-justica-social_FINAL-1.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.
- BAUMAN, Z.** **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BIANCHI, W. S. et al.** **Política de preservação digital do Estado do Espírito Santo**. 2023.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF.
- BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência** (Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015).
- BRITTO, T. C. P.; PIZZOLATO, E. B.** GAIA: uma proposta de um guia de recomendações de acessibilidade de interfaces Web com foco em aspectos do autismo. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 26, n. 02, p. 102, 2018.
- CAMPAGNOLI, C. G.; GRIGOLETO, M. C.** Acessibilidade em arquivos: estudo sobre garantias de direitos aos portadores de necessidades especiais. Congresso Nacional de Arquivologia – CNA, 8., 2018, João Pessoa. Anais eletrônicos... **Revista Analisando em Ciência da Informação – RACIn**, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 189-208, out. 2018. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_nesp. Acesso em: 16 jan. 2025.

COLA, C. S. D. et al. Hipersensibilidade sensório-perceptual que acomete autistas descrita na literatura e observada no Centro de Atendimento Clínico de Itaperuna (CACI): um estudo comparativo. **Revista Interdisciplinar Pensamento Científico**, v. 3, n. 2, 2017.

CONARQ. **Cursos de Arquivologia no Brasil**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/conexões/links-uteis-1/cursos-de-arquivologia-no-brasil>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CONARQ. **Recomendação para construção de arquivos**. Rio de Janeiro, 2000.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Princípios de acesso aos arquivos**: orientação técnica para a gestão de arquivos com restrição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/principios_acesso_arquivos.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

COUTINHO, A. B. **O problema da habitação higiênica nos países quentes em face da “Architectura Viva”**. Rio de Janeiro: Officinas Alba Graphicas, 1930.

CRUZ, M. J. O.; OLIVEIRA, D. R. C. Avaliação do isolamento acústico em um templo religioso na cidade de Santarém Pará. **Revista Tecnologia**, v. 37, n. 1/2, p. 7-18, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/23180730.2016.V37.1/2.7-18>.

OLIVEIRA, A. F. T. de M; ABREU, T. F de. A percepção do aluno com transtorno do espectro autista sobre o processo de inclusão na Universidade Federal de Goiás (UFG). **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 6, n. 2, p. 59-76, 2019.

SANTOS, H. M. dos; FLORES, D. Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderações sobre a preservação em longo prazo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 198-218, 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2341>.

E-MAG. **Modelo de acessibilidade em governo eletrônico**. Disponível em: <https://emag.governoeletronico.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 3, p. 54-81, 2009.

FOUCAULT, M. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, meu irmão e minha irmã**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREUD, S. Além do princípio de prazer. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. 18, p. 17-90, 1976.

GAIA. **Sites inclusivos a pessoas autista**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://gaia.wiki.br>. Acesso em: 27 mai. 2024.

GAIATO, M. **SOS Autismo**: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista. Nversos, 2018.

GOMES, E.; PEDROSO, F. S.; WAGNER, M. B. Hipersensibilidade auditiva no transtorno do espectro autístico. **Pro-Fono R. Atual Científica**, dez. 2008.

- GRANDIN, T. **O cérebro autista:** pensando através do espectro. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GRANDIN, T.; SCARIANO, M. M. **Uma menina estranha:** autobiografia de uma autista. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia.** Tradução Claudia Freire. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- GURGEL, M. **Projetando espaços:** design de interiores. 6. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2017.
- HOTT, D. F. M.; RODRIGUES, G. M. **Os direitos de acesso e de acessibilidade dos cidadãos:** uma análise preliminar na legislação arquivística brasileira. v. 7, n. 1, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.2318-6186.2019v7n1.47384. Acesso em: 13 out. 2023.
- HUSKINSON, L. **Arquitetura e psique:** um estudo psicanalítico de como os edifícios impactam nossas vidas. Tradução de Margarida Goldsztajn. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021. 328 p. (Estudos; 378).
- INEP. **Censo da Educação Superior 2019.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- MALEVAL, J. C. **O autista e a sua voz.** São Paulo: Blucher, 2017.
- MOFFITT, S. **Interior Design For Children With Autism.** Autism Key, 2011. Disponível em: <https://www.autismkey.com/interior-design-for-children-with-autism/>. Acesso em: 19 ago. 2024.
- MORVILLE, P. **User Experience Design.** Semantic Studios, 21 jun. 2004. Disponível em: https://semanticstudios.com/user_experience_design/. Acesso em: 25 mai. 2024.
- MOSTAFA, M. An Architecture for Autism: Concepts of Design Intervention for the Autistic User. Archnet-IJAR, **International Journal of Architectural Research**, v. 2, n. 1, p. 189-204, 200.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – PAHO. **Transtorno do espectro autista.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- ORTEGA, F. Deficiência, autismo e neurodiversidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 14, p. 67-77, 2009.
- PALLASMAA, J. **A Imagem Corporificada:** Imaginação e Imaginário na Arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2013. 152 p. Tradução: Alexandre Salvaterra.
- PRATA, M. R. O normal e o patológico em Freud. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 9, p. 37-81, 1999.
- RIBEIRO, P. D.; SANTOS, T. de S. **A deep web e os arquivos digitais:** acessibilidade, uso e legitimidade. Arquivos, Democracia e Justiça Social, São Paulo, Brasil, 1. ed., p. 523-534,

2023. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Arquivos-democracia-e-justica-social_FINAL-1.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

RICHARDS, L.; SCHOLEY, K. **A revolução das plantas**: como as plantas impactam nossas vidas. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 11, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/29528>. Acesso em: 04 abr. 2024.

RODRIGUES, A.; MATTOS, B. de O.; DIAS, E. M. Acessibilidade e inclusão na gestão documental: desafios e perspectivas. In: **XXVII Congresso Brasileiro de Arquivologia**, 2024.

RODRIGUES, G. et al. O que a sociedade precisa saber sobre o transtorno do espectro autista. **Revista Projetos Extensionistas**, v. 1, n. 2, p. 173-183, 2021.

ROHDE, C. **Espaço e Tempo na Arquitetura Digital**.

SANTOS, T. P. A. dos; NASCIMENTO, J. R. do. Os principais desafios da inclusão de pessoas autistas no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 1, 2020.

SANTOS, W. **Quer saber se seu produto tem uma boa UX?** Use uma colmeia! LinkedIn, 7 jan. 2020. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/quer-saber-se-seu-produto-tem-uma-boa-ux-use-colmeia-william-santos/?originalSubdomain=pt>. Acesso em: 25 set. 2024.

SÁRGAS, N. **Heuristic Evaluation**: GoodReads, LibraryThing, Litsy. UX Planet, 2019. Disponível em: <https://uxplanet.org/heuristic-evaluation-goodreads-librarything-litsy-a3a4d8373255>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SARMET, Y. A. G. et al. Criação de um núcleo de atendimento à comunidade autista e neurodiversa na Universidade de Brasília: relato de experiência. **Participação**, v. 21, n. 37, p. 100-113, 2022.

SEGAWA, H. Clave de Sol: notas sobre a história do conforto ambiental. **Ambiente Construído**, v. 3, n. 2, p. 37-46, 2003.

SERATI, A. G. C.; GILBERTONI, D. A experiência do usuário no contexto de desenvolvimento de um aplicativo para crianças do espectro autista. **Revista Interface Tecnológica**, v. 19, n. 2, p. 330–341, 2022. DOI: 10.31510/infa.v19i2.1544. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetechnologica/article/view/1544>. Acesso em: 27 mai. 2024.

SILVEIRA, A. H. **UX**: o desenvolvimento de experiência para além do digital – uma análise sobre as aplicabilidades dos conceitos de user experience em planejamento de eventos, 2021.

TEIXEIRA, L. P. et al. **O crime de stalking**. 2017. Tese de Doutorado.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Administrativo da UnB**. Disponível em: <https://unb.br/administrativo>. Acesso em: 10 set. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Equipe do Arquivo Central.** Disponível em: <https://arquivocentral.unb.br/institucional/equipe>. Acesso em: 10 set. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Estatuto e Regimento Geral da UnB.** Disponível em: https://www.unb.br/images/Documentos/Estatuto_e_Regimento_Geral_UnB.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Guias e Manuais do Arquivo Central.** Disponível em: <http://www.arquivocentral.unb.br/documentos/guias-e-manuais>. Acesso em: 10 set. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **História da UnB.** Disponível em: <https://unb.br/a-unb/historia>. Acesso em: 10 set. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Missão da UnB.** Disponível em: <https://unb.br/a-unb/missao>. Acesso em: 10 set. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **O Arquivo Central.** Disponível em: <https://arquivocentral.unb.br/institucional/o-arquivo-central>. Acesso em: 10 set. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Organograma da UnB – 2018.** Disponível em: https://www.dpo.unb.br/images/Imagens/organograma/Organograma_UnB2018_Atualizado_da_2019.04.03_-_Altera%C3%A7%C3%A3o_DAC.jpg. Acesso em: 10 set. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano Orientador UnB 1962.** Disponível em: https://www.unb.br/images/Noticias/2019/Documentos/PDE_UnB_Plano_Orientador_UnB_1962_LQ.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Programas do Arquivo Central.** Disponível em: <https://arquivocentral.unb.br/documentos/programas>. Acesso em: 10 set. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Publicação no SEI.** Disponível em: https://sei.unb.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=5569766&id_orgao_publicacao=. Acesso em: 10 set. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Regimento Interno do Arquivo Central.** Disponível em: https://arquivocentral.unb.br/images/documentos/Regimento_Interno_ACE.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Site oficial do Arquivo Central.** Disponível em: <http://www.arquivocentral.unb.br>. Acesso em: 10 set. 2024.

VERGARA, L. G.; LUPI, et al. **Acessibilidade entre mundos:** uma arquitetura mais inclusiva aos autistas. ENEAC, 2018.

VIDAL, P. E. V. A máquina do psiquismo. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 13, p. 267-273, 2008.

WILLIAMS, D. **Meu mundo misterioso:** testemunho excepcional de uma jovem autista. Tradução Terezinha Braga Santos. Brasília: Thesaurus, 2012.

ANEXOS

ANEXO A: QUESTIONÁRIO PARA TÉCNICOS DOS ARQUIVOS

1. Você conhece algum programa ou política sobre o autismo e/ou tecnologia assistivas da UnB?
2. Você já recebeu algum treinamento específico na UnB sobre como atender às necessidades de estudantes autistas?
3. Quais barreiras físicas e digitais – homepage, instagram, facebook - você acredita que possam dificultar o acesso de estudantes autistas ao ACE?
4. Você já observou algum estudante autista enfrentando dificuldades específicas no ACE? Pode descrever?
5. Quais mudanças você sugeriria para melhorar a acessibilidade do ACE para estudantes autistas?
6. Há no ACE meios de receber ideias ou sugestões de estudantes autistas ou suas famílias sobre como melhorar os serviços do arquivo?